



GUIA DE METODOLOGIA DA PESQUISA





Tribunal de Justiça de Santa Catarina



GUIA DE METODOLOGIA DA PESQUISA

ORGANIZADORES:

ELIZETE LANZONI ALVES

HORÁCIO WANDERLEI RODRIGUES

ORIDES MEZZAROBA

JANEIRO DE 2015

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1 ESTRUTURA DO TRABALHO CIENTÍFICO	9
1.1 ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS	11
1.1.1 Capa	11
1.1.1.1 Instituição ou entidade	11
1.1.1.2 Autor	11
1.1.1.3 Título e subtítulo	12
1.1.1.4 Local da instituição ou entidade	13
1.1.1.5 Ano de depósito ou entrega	13
1.1.2 Folha de rosto	13
1.1.3 Errata	13
1.1.4 Folha de aprovação	14
1.1.5 Dedicatória	14
1.1.6 Agradecimentos	14
1.1.7 Epígrafe	14
1.1.8 Resumo em língua vernácula	15
1.1.9 Resumo em língua estrangeira	15
1.1.10 Listas	16
1.1.11 Sumário	16
1.2 ELEMENTOS TEXTUAIS	17
1.2.1 Introdução	17
1.2.2 Desenvolvimento	17
1.2.3 Conclusão	17
1.3 ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS	18
1.3.1 Referências	18
1.3.1.1 Orientações para a elaboração	20
1.3.1.1.1 Autoria	20
1.3.1.1.2 Autor pessoal	20
1.3.1.1.3 Autor entidade	21
1.3.1.1.4 Autoria desconhecida	22
1.3.1.1.5 Título e subtítulo	22

1.3.1.1.6 Edição	23
1.3.1.1.7 Local	24
1.3.1.1.8 Editora	24
1.3.1.1.9 Data	25
1.3.1.1.10 Descrição física	27
1.3.1.1.11 Situações especiais	27
1.3.1.1.11.1 Séries e coleções	28
1.3.1.1.11.2 Trabalhos acadêmicos	28
1.3.1.1.11.3 Trabalhos divulgados em meio eletrônico	28
1.3.1.1.11.4 Notas	29
1.3.1.2 Modelos de referências	29
1.3.1.2.1 Exemplos de referências por espécie de fonte	29
1.3.1.2.2 Exemplos de referências por autoria da fonte	38
1.3.2 Glossário	40
1.3.3 Apêndices e Anexos	40
1.3.3.1 Apêndices	40
1.3.3.2 Anexos	41
1.3.4 Índices	41
2 CITAÇÕES	43
2.1 CITAÇÕES DIRETAS, LITERAIS OU TEXTUAIS - EXEMPLOS	44
2.2 CITAÇÕES INDIRETAS CONCEITUAIS OU LIVRES - EXEMPLO	45
2.3 CITAÇÃO DE CITAÇÃO - EXEMPLOS	45
2.4 CITAÇÕES EM MEIO ELETRÔNICO	46
2.5 SINAIS E CONVENÇÕES	46
2.6 SISTEMAS DE CHAMADA	47
2.6.1 Sistema autor-data	47
2.6.2 Sistema numérico	49
3 NOTAS DE RODAPÉ	50
3.1 NOTAS DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
3.2 NOTAS EXPLICATIVAS	52
4 APRESENTAÇÃO GRÁFICA	53
4.1 PAPEL	53
4.2 ALINHAMENTO	53

4.3 ESPACEJAMENTO	53
4.4 MARGEM	54
4.5 FONTE	55
4.6 PAGINAÇÃO	55
4.7 TÍTULOS DAS SEÇÕES	55
4.8 NUMERAÇÃO (INDICATIVO) DAS SEÇÕES	56
4.9 SIGLAS	58
4.10 ILUSTRAÇÕES, TABELAS E QUADROS	58
4.11 LOMBADA	58
5 PROJETO DE PESQUISA	59
5.1 ESTRUTURA DO PROJETO DE PESQUISA	59
5.2 TEMA E DELIMITAÇÃO DO TEMA	60
5.3 OBJETIVOS	61
5.4 PROBLEMA	62
5.5 HIPÓTESES	63
5.6 JUSTIFICATIVA	63
5.7 REFERENCIAL TEÓRICO	63
5.8 METODOLOGIA	64
5.9 RECURSOS	65
5.10 CRONOGRAMA	65
5.11 REFERÊNCIAS	65
6 RELATÓRIO DE PESQUISA	66
6.1 ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE PESQUISA	66
6.2 SUMÁRIO	66
6.3 INTRODUÇÃO	66
6.4 RELATÓRIO DA PESQUISA	66
6.5 CONCLUSÃO	67
7 ARTIGO CIENTÍFICO	68
7.1 ELEMENTOS DO ARTIGO CIENTÍFICO	68
7.2 TÍTULO	69
7.3 AUTORIA	69
7.4 RESUMO	69
7.5 PALAVRAS-CHAVE	70

7.6 INTRODUÇÃO OU CONSIDERAÇÕES INICIAIS	70
7.7 DESENVOLVIMENTO	70
7.8 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
7.9 REFERÊNCIAS	70
8 NORMAS GERAIS PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHO NA ACADEMIA JUDICIAL	71
8.1 ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS:	71
8.2. ELEMENTOS TEXTUAIS	72
8.3 ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS	72
9 INFORMAÇÕES GERAIS PARA PUBLICAÇÃO EM PERIÓDICOS E E-BOOKS	73
REFERÊNCIAS	74

APRESENTAÇÃO

O guia de metodologia e padronização de trabalhos acadêmicos da Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina visa estabelecer critérios normativos e estéticos para a elaboração de projetos e trabalhos acadêmico-científicos e fornecer informações para a elaboração e apresentação dos relatórios finais dos trabalhos de pesquisas.

O trabalho acadêmico — em suas mais diversas formas: artigo, livro, monografia, trabalho de conclusão de curso, dissertação, tese, relatório de pesquisa — é atividade científica relevante para o aprimoramento do conhecimento e aprofundamento temático, além de estimular a capacidade de interpretação crítica.

A apresentação de trabalhos científicos requer a observação de normas metodológicas para que estes tenham um padrão de qualidade desde a elaboração do projeto até a exposição dos resultados ou das ideias, facilitando, de forma multidisciplinar, a sua identificação e compreensão.

A metodologia da pesquisa científica, nesse contexto, é importante ferramenta para abordar diretrizes normativas e propiciar a compreensão de elementos significativos para a fase cognitiva, a redação e a apresentação dos trabalhos.

A qualidade e excelência das atividades educacionais, estudos e pesquisas estão, em parte, vinculadas ao cumprimento das exigências metodológicas. A escolha do tema, a elaboração do projeto, a escolha e organização da referência para leitura, a redação, o relato de resultados envolvem elementos e recursos técnicos e estéticos complementados pelo interesse, capacidade e habilidade criativa e de pesquisa.

As diretrizes metodológicas dispostas neste guia são uma sistematização e adaptação das regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, feitas para atender às necessidades e expectativas relativas aos estudos e às pesquisas desenvolvidos na Academia Judicial, de modo a complementar, sem excluir, as demais regras e orientações aplicáveis à pesquisa, uma vez que o campo de normalização é permeado por recomendações e regras diversas. Assim, sugere-se a consulta às normas originais para sanar eventuais dúvidas.

O principal objetivo é o de orientar a elaboração de projetos, documentos e trabalhos científicos na Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, pois, a produção acadêmico-científica representa a concretização da pesquisa e do desenvolvimento de conhecimento.

Os autores

1 ESTRUTURA DO TRABALHO CIENTÍFICO

O autor é responsável pelo conteúdo e apresentação gráfica de seu trabalho, que pode ser entregue tanto na forma física como digital, conforme exigência e finalidade da pesquisa.

Os textos devem ser digitados na cor preta em papel no tamanho A4 e, caso o trabalho seja impresso, deve ser feito utilizando-se frente e verso do papel.

A estrutura do trabalho científico é composta por elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, divididos em duas categorias: obrigatórios e opcionais, conforme orientação da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, NBR 6023, 6027, 6028, 10520 e 14724.

Para cada tipo de trabalho acadêmico há uma estrutura normativa e estética que permite visualizar a disposição dos elementos que o compõe.

Os elementos pré-textuais antecedem o texto propriamente dito e são caracterizados por informações necessárias à identificação do trabalho.

Os elementos textuais são aqueles que constituem o núcleo do trabalho, a redação do conteúdo, a exposição das ideias e resultados, e são compostos por: introdução, desenvolvimento e conclusão.

Os elementos pós-textuais são aqueles que complementam o trabalho e são inseridos ao final, como as referências, glossário, apêndices, anexos, índice.

Estrutura de Apresentação do Trabalho

Estrutura	Elemento
Pré-textuais	- capa (*) - folha de rosto - folha de aprovação - dedicatória (*) - agradecimentos (*) - epígrafe (*) - resumo em língua vernácula - resumo em língua estrangeira - lista de ilustrações (*) - lista de tabelas (*) - lista de abreviações e siglas (*) - sumário
Textuais	- introdução - desenvolvimento - conclusão
Pós-textuais	- referências - glossário (*) - anexos ou apêndices (*)

(*) Elementos adicionados de acordo com as necessidades (opcionais). Os demais elementos são obrigatórios.

Modelo de estrutura de um trabalho completo



1.1 ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

Os elementos pré-textuais devem estar em conformidade com o exposto nas seções que se seguem.

1.1.1 Capa

A capa é elemento obrigatório e deverá cumprir as exigências da norma da ABNT 14.724:2011, inclusive a encadernação com lombada.

1.1.1.1 Instituição ou entidade

Constar o nome da instituição ou entidade à qual está vinculado o autor/pesquisador é item obrigatório, bem como as demais informações expressamente solicitadas como: nome do autor, título do trabalho, subtítulo (caso houver), indicação do número de volumes (se houver mais de um), local e ano. Em se tratando de trabalho acadêmico, deve ser indicado o curso, a turma, e, quando for o caso, a área de concentração e linha de pesquisa, bem como as demais informações que a instituição solicitar.

1.1.1.2 Autor

Deve constar apenas o nome do autor, sem qualquer outra informação. Quando for capa de projeto de pesquisa, além do nome pode ser incluída a sua titulação, vínculo profissional, regime de trabalho e outras informações que a instituição ou órgão destinatário exija.

Em artigos, o nome do autor é inserido logo abaixo do título, à direita, e sua titulação e demais qualificações profissionais devem ser apresentadas em nota de rodapé.

1.1.1.3 Título e subtítulo

O título é item obrigatório, e o subtítulo (quando houver) deve ser inserido logo após o título, separado por dois pontos ou outro indicativo que identifique a separação de ambos.

Os títulos de capítulos (entradas primárias) são inseridos em nova página, junto à margem superior, à esquerda.

Os títulos não numerados (sumário, lista de figuras/tabelas, agradecimentos, resumo, referências, anexos, apêndices e outros) são centralizados.

Os títulos dos capítulos numerados, itens e subitens devem ficar à esquerda sem qualquer sinal gráfico como traço ou ponto.

1	1.1	1.1.1	1.1.1.1	1.1.1.1.1
	1.2	1.1.2	1.1.1.2	1.1.1.1.2
	1.3	1.1.3	1.1.1.3	1.1.1.1.3
2	2.1	2.1.1	2.1.1.1	2.1.1.1.1
	2.2	2.1.2	2.1.1.2	2.1.1.1.2
	2.3	2.1.3	2.1.1.3	2.1.1.1.3
3	3.1	3.1.1	3.1.1.1	3.1.1.1.1
	3.2	3.1.2	3.1.1.2	3.1.1.1.2
	3.3	3.1.3	3.1.1.3	3.1.1.1.3

Os títulos são destacados, e, segundo a NBR 6024, a numeração progressiva (subdivisão de seções) deve ser realçada “tipograficamente, de forma hierárquica da primária à quinária”, de modo que podem ser utilizados os recursos gráficos: maiúsculas, negrito, itálico, sublinhado e outros.

Para os trabalhos elaborados na Academia Judicial, os títulos devem ser apresentados da seguinte forma:

1 SEÇÃO PRIMÁRIA (maiúscula e negrito)

1.1 SEÇÃO SECUNDÁRIA (maiúscula e simples)

1.1.1 Seção terciária (minúscula e negrito)

1.1.1.1 Seção quaternária (negrito e itálico)

1.1.1.1.1 Seção quinária (itálico)

1.1.1.4 Local da instituição ou entidade

Deve ser indicada a cidade-sede da instituição ou entidade à qual o trabalho ou projeto está sendo apresentado. Havendo homônimo ou sendo local de menor identificação, deve-se informar também o estado. Sendo cidade localizada no exterior, deve-se identificar o país.

1.1.1.5 Ano de depósito ou entrega

O ano de depósito ou entrega é elemento obrigatório, isto é, deve-se fazer referência ao ano em que o trabalho ou projeto foi entregue.

1.1.2 Folha de rosto

A folha de rosto, diferentemente da capa, é elemento obrigatório. Nela, são apresentadas as informações gerais necessárias à identificação do projeto de pesquisa apresentado, bem como a quem, por quem, onde e quando está sendo apresentado.

1.1.3 Errata

A errata deve ser incluída caso haja necessidade. Consiste em uma lista com indicativo das folhas em que ocorreram erros, seguidos das devidas correções. Apresenta-se quase sempre em papel avulso ou encartado, acrescido ao trabalho depois de impresso. A errata deve ser inserida logo após a folha de rosto, conforme a ABNT 14.724:2011.

ERRATA				
Página	Parágrafo	Linha	Onde se lê	Leia-se
XX	X	XX	Academia Jurídica	Academia Judicial

1.1.4 Folha de aprovação

A folha de aprovação é o documento reservado para destacar a aprovação do trabalho e é incluída após a folha de rosto. Conforme a ABNT, a folha de aprovação deve conter: a indicação do autor, o título do trabalho por extenso e subtítulo (se houver), natureza, objetivo, nome da instituição a que o trabalho está sendo submetido, nome, titulação, assinatura e sigla da instituição de origem de cada membro da banca de avaliação, local e data de aprovação.

1.1.5 Dedicatória

A dedicatória é o espaço reservado ao autor para prestar suas eventuais homenagens ou dedicar o seu trabalho a alguém. É opcional e deve vir sempre em folha distinta.

1.1.6 Agradecimentos

De acordo com a ABNT 14.724:2011, a folha de agradecimento é o local onde o “autor faz agradecimentos dirigidos àqueles que contribuíram de maneira relevante à elaboração do trabalho”. A inclusão é opcional e deve ser apresentada em folha distinta.

1.1.7 Epígrafe

Segundo a NBR 14724, epígrafe é um “texto em que o autor apresenta uma citação, seguida de indicação de autoria, relacionada com a matéria tratada no corpo do trabalho”. Deve vir após os agradecimentos e também pode constar nas folhas de abertura das seções primárias.

A epígrafe é opcional e tem como finalidade reforçar o conteúdo central do tema por intermédio de uma citação, trecho de obra literária, letra de música ou outra forma de expressão artística, cultural ou literária.

1.1.8 Resumo em língua vernácula

O resumo é tratado, de forma específica, na NBR 6028:2003, e deve apresentar em seu conteúdo, de forma concisa, os pontos relevantes do trabalho. O resumo deve sintetizar a essência da pesquisa de forma que o objeto do trabalho fique bem claro.

Deve ser redigido em parágrafo único, composto por uma sequência de frases concisas e afirmativas (não deve ser redigido sob a forma de enumeração de tópicos). Deve-se utilizar o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular.

Quanto à sua extensão, deve conter, em trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações e teses), de 150 a 500 palavras; nos artigos científicos, de 100 a 250 palavras; se for utilizado em *papers* (não é obrigatório) e pequenos artigos, realizados como trabalho em unidades curriculares dos cursos, recomenda-se que contenha de 50 a 100 palavras.

Quando inserido no próprio documento, o resumo é precedido da expressão “Resumo”. Nos *papers* e artigos, essa expressão antecede o próprio resumo, em sua primeira linha, e é seguida de dois pontos. Relativamente ao espaçamento entre linhas e ao tamanho da fonte, sugere-se, nesses trabalhos, a utilização de tamanho de fonte menor e espaçamento simples; não existe para eles nenhuma regra prevista expressamente nas normas da ABNT.

As palavras-chave devem figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão “Palavras-chave:”, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto. O número dessas palavras deve ser de no máximo seis (critério do currículo *lattes*).

1.1.9 Resumo em língua estrangeira

Utiliza-se o mesmo texto do resumo traduzido para uma das línguas estrangeiras aceitas.

Para os trabalhos elaborados na Academia Judicial, o resumo deverá ser em inglês, salvo quando houver alguma publicação especial para a qual será indicada a língua estrangeira exigida.

1.1.10 Listas

As principais espécies de listas são:

- a) de ilustrações;
- b) de tabelas;
- c) de abreviaturas e siglas;
- d) de símbolos.

As listas de ilustrações e de tabelas devem ser elaboradas de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado pelo seu nome específico, seguido do número da página em que se encontra.

As listas de abreviaturas e siglas utilizadas no texto devem ser elaboradas em ordem alfabética, seguidas dos nomes, palavras ou expressões correspondentes e as de símbolos, de acordo com a ordem apresentada no texto, seguidos dos devidos significados.

1.1.11 Sumário

O sumário é tratado, de forma específica, na NBR 6027:2013 e diferencia-se das listas (NBR 14724:2011) e do índice (NBR 6034:2004). É, em seu conteúdo, a enumeração das divisões, seções e outras partes do trabalho, na mesma ordem e com a mesma grafia dele constantes.

Relativamente à sua apresentação formal, é necessário seguir as seguintes determinações:

- a) o título sumário deve ser centralizado e digitado com o mesmo tipo de fonte utilizado para as seções primárias;
- b) os itens do sumário devem ser digitados na mesma ordem e grafia e com os mesmos tipos e destaques utilizados no texto;
- c) os elementos pré-textuais não são incluídos no sumário;
- d) os indicativos das seções (sua numeração) que compõem o sumário devem ser alinhados à esquerda (NBR 6024);
- e) os títulos (e subtítulos, quando houver) sucedem os indicativos das seções;
- f) o nome do autor, quando for o caso, sucede os títulos e subtítulos;
- g) a paginação pode ser apresentada pelo número da primeira página ou pelos números das páginas inicial e final, separadas por hífen.

O sumário deve ser inserido como último dos elementos pré-textuais e, quando o projeto de pesquisa tiver mais de um volume, deve ser integralmente incluído em todos eles.

1.2 ELEMENTOS TEXTUAIS

Os elementos textuais devem estar em conformidade com o exposto nas seções que se seguem.

1.2.1 Introdução

A introdução ao trabalho (primeiro elemento textual) é a apresentação prévia da pesquisa e deve ser escrita de forma argumentativa e elegante. Nessa visão global do trabalho recuperam-se alguns elementos como o núcleo do tema, delimitação do tema, problemas, objetivos, hipóteses mais importantes, metodologia empregada, justificativa e abordagens que sejam necessárias para situar o leitor no contexto do trabalho.

1.2.2 Desenvolvimento

No desenvolvimento ou corpo do texto, será apresentada a exposição da pesquisa, tal como planejado. A quantidade de seções e subseções será determinada pelo enfoque dado ao tema, método, estilo adotados, de forma que se mantenha a estética do trabalho.

1.2.3 Conclusão

A conclusão é a parte final do texto na qual se apresenta o resultado da pesquisa, retomando-se as ideias expostas na introdução sobre os objetivos e as hipóteses de forma a mostrar as contribuições da pesquisa. Deve ser feita de maneira concisa e coerente com os assuntos abordados no desenvolvimento.

1.3 ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

Os elementos pós-textuais devem estar em conformidade com o exposto nas seções que se seguem.

1.3.1 Referências

O rol de publicações, documentos e fontes de informações citadas na pesquisa e/ou trabalho e que tenham fundamentado o desenvolvimento deverá constar de item à parte denominado “Referência”. A NBR 6023 estabelece os elementos e as convenções sobre materiais e as fontes de informações para a pesquisa, que podem ser documentais (livros, revistas, teses, dissertações) ou não (entrevistas, palestras, aulas e outras).

Segundo a ABNT, as referências representam o conjunto padronizado de elementos descritivos retirados de documentos ou outras fontes de pesquisa que permitem a sua identificação. Sua localização pode ocorrer em:

- a) rodapé;
- b) fim de texto ou de capítulo;
- c) lista de referências;
- d) parte antecedente aos resumos, resenhas e resenhas.

Quando as referências forem colocadas no rodapé ou no final de um texto ou capítulo, podem coincidir com as notas de referências das citações, quando para essas tenha adotado o sistema numérico, situação na qual uma única lista, em ordem numérica, atenderá às duas exigências formais.

Quanto à apresentação, essa mesma norma técnica estabelece que:

- a) as referências devem ser apresentadas em sequência padronizada, quer no que se refere à sua formatação, quer no que se refere aos elementos essenciais e complementares;
- b) as referências devem ser alinhadas apenas na margem esquerda do texto;
- c) as referências devem ser digitadas com espaço simples entre as linhas de uma mesma referência e espaço 1,5 entre uma referência e outra (não se trata aqui de incluir um espaço adicional, mas sim da adoção de dois critérios concomitantes, um para o espaçamento interno — dentro de cada referência —, que é o espaço simples, e outro para o espaçamento

entre uma referência e outra — o enter dado ao final do parágrafo —, que é o espaço 1,5);

- d) o recurso utilizado para destacar o elemento título (negrito ou itálico) deve ser uniforme em todas as referências de um mesmo documento.

Ainda, segundo a ABNT (NBR 6023), a pontuação segue padrões internacionais e deve ser uniforme para todas as referências, e as abreviaturas devem obedecer aos padrões da NBR 6032. É importante lembrar a obrigatoriedade de utilização da língua portuguesa com base nas regras oficiais.

Essa mesma norma, em sua seção 9, trata da ordenação das referências. Assim, estabelece que “as referências dos documentos citados em um trabalho devem ser ordenadas de acordo com o sistema utilizado para citação no texto”, sendo que os sistemas mais utilizados são:

- a) alfabético — ordem alfabética de entrada; e
- b) numérico — ordem de citação no texto.

Considerando-se que os sistemas existentes para indicar as fontes das citações são o autor-data e o numérico, entende-se que o sistema de referência a ser adotado quando da utilização no texto do sistema autor-data será o de ordem alfabética de entrada; quando for o numérico, as notas de citação coincidirão com a lista de referências.

Estabelece a ABNT (NBR 6023) que:

- a) “se for utilizado o sistema alfabético, as referências devem ser reunidas no final do trabalho, do artigo ou do capítulo, em uma única ordem alfabética” (seção 9.1.);
- b) “se for utilizado o sistema numérico no texto, a lista de referências deve seguir a mesma ordem numérica crescente” (seção 9.2);
- c) “o sistema numérico não pode ser usado concomitantemente para notas de referência e notas explicativas” (seção 9.2) — nesse caso, como já referido anteriormente, o sistema de chamada para as referências das citações deverá ser o autor-data, e a lista de referências deverá então adotar o sistema alfabético.

A seção 8 da NBR 6023 trata especificamente da transcrição dos elementos. Assim, estabelece padrões que se aplicam a todas as espécies de objetos a serem referenciadas. Para os objetivos específicos deste guia, cabe destacar os elementos

que são descritos nas próximas seções deste texto.

Para os trabalhos elaborados na Academia Judicial será utilizado o sistema “autor-data”, exceto quando o trabalho exigir forma diferenciada.

1.3.1.1 Orientações para a elaboração

As referências são compostas por um conjunto de elementos, que depende da fonte a ser referida. Nos itens a seguir, serão apresentados os elementos e as regras básicas para a sua indicação.

1.3.1.1.1 Autoria

Autor é a pessoa física responsável pela criação do conteúdo intelectual ou artístico de uma obra, documento ou elemento de informação. A autoria pode ser individual ou coletiva, pessoal ou institucional.

A NBR 6023 apresenta a distinção entre **autor pessoal** (pessoa(s) física(s)), **autor entidade** (instituições, organizações, comissões, dentre outros responsáveis que se diferenciem da autoria pessoal) e **autor desconhecido**.

1.3.1.1.2 Autor pessoal

Quando autor for pessoa física, as regras a serem seguidas são as seguintes.

1. O(s) nome(s) do(s) autor(es) é(são) indicado(s), como regra geral, “pelo último sobrenome, em maiúsculas, seguido do(s) prenome(s) e outros sobrenomes, abreviado(s) ou não. [...] Os nomes devem ser separados por ponto-e-vírgula, seguido de espaço.” Ocorrendo a abreviação de nomes ou sobrenomes, deve-se adotar o mesmo padrão para todas as referências de uma mesma lista (NBR 6023, seção 8.1.1).
2. Se houver mais de três autores, é indicado apenas o nome do primeiro, seguido da expressão et al. (NBR 6023, seção 8.1.1.1).
3. Indicação, em coletâneas de vários autores, é referenciado o nome de um deles como responsável pelo conjunto da obra, a entrada é realizada pelo seu nome, seguido da abreviação do tipo de participação, entre parênteses,

no singular (Org., Coord. etc.) (NBR 6023, seção 8.1.1.2).

4. Pode-se acrescentar após o título outras espécies de responsabilidade (tradutor, revisor etc.), na forma como constem no objeto referido (NBR 6023, seção 8.1.1.3).
5. O(s) nome(s) do(s) autor(es) de “várias obras referenciadas sucessivamente, na mesma página, pode(m) ser substituído(s), nas referências seguintes à primeira, por um traço sublinear (equivalente a seis espaços) e ponto [_____.]” (NBR 6023, seção 9.1.1).

Embora não conste das normas da ABNT, sugere-se que, quando um autor for conhecido por um sobrenome composto, seja este indicado de forma completa, visando facilitar o acesso à fonte indicada. Em muitos casos o autor com sobrenome composto é conhecido exclusivamente no meio acadêmico pelo conjunto de sobrenomes; a indicação, nas referências, apenas do último deles, poderá dificultar a sua identificação e, conseqüentemente, a localização da fonte buscada.

O cuidado da indicação do autor nas referências é importante, considerando que representa elemento de início e a forma primária de busca da fonte indicada.

1.3.1.1.3 Autor entidade

Quando o autor for uma entidade (instituição, organização, comissão etc.), as regras a serem cumpridas são as seguintes.

1. “Obras de responsabilidade de entidade (órgãos governamentais, empresas, associações, congressos, seminários, etc.) têm entrada, de modo geral, pelo seu próprio nome, por extenso” (NBR 6023, seção 8.1.2).
2. Tendo a entidade uma denominação genérica, seu nome é precedido pelo do órgão superior ou pelo da sua jurisdição geográfica (NBR 6023, seção 8.1.2.1).
3. Sendo a entidade, vinculada a um órgão maior, uma denominação própria, que a identifica de forma inequívoca, a entrada é realizada diretamente pelo seu nome. Havendo duplicidade de órgãos com o mesmo nome, acrescenta-se após a sua indicação, entre parênteses, a unidade geográfica que identifica a sua jurisdição (NBR 6023, seção 8.1.2.2).

É necessário ter cuidado na indicação do autor, nos casos de entidade, para que

o leitor possa ter acesso efetivamente à fonte indicada, em especial nas situações de existência de órgãos em estados da Federação com a mesma nomenclatura.

Na utilização do sistema autor-data como nota de referência (indicação da fonte dentro do texto, para posterior acesso à referência integral na lista de referências), será utilizada a entidade; sendo a entidade conhecida pela sigla, esta poderá ser utilizada na nota de referência.

1.3.1.1.4 Autoria desconhecida

Quando a autoria do objeto da referência for desconhecida, faz-se a entrada pelo título, e grifa-se a sua primeira palavra em letras maiúsculas. Não devem ser utilizadas as expressões anônimo ou autor desconhecido (NBR 6023, seção 8.1.3).

Na utilização do sistema autor-data como nota de referência, será utilizada a palavra grifada para indicar a fonte.

1.3.1.1.5 Título e subtítulo

No que diz respeito aos títulos e subtítulos, são as seguintes as regras de apresentação fixadas pela ABNT.

1. “O título e o subtítulo (se for usado) devem ser reproduzidos tal como figuram no documento, separados por dois-pontos” (NBR 6023, seção 8.2).
2. “Em títulos e subtítulos demasiadamente longos, pode-se suprimir as últimas palavras, desde que não seja alterado o sentido. A supressão deve ser indicada por reticências [...]” (NBR 6023, seção 8.2.1).
3. “Quando o título aparecer em mais de uma língua, registra-se o primeiro. Opcionalmente, registra-se o segundo ou o que estiver em destaque, separando-o do primeiro pelo sinal de igualdade [=]” (NBR 6023, seção 8.2.2).
4. “Quando se referenciam periódicos no todo (toda a coleção), ou quando se referencia integralmente um número ou fascículo, o título deve ser sempre o primeiro elemento da referência, devendo figurar em letras maiúsculas” (NBR 6023, seção 8.2.3).
5. “No caso de periódico com título genérico, incorpora-se o nome da

entidade autora ou editora, que se vincula ao título por uma preposição entre colchetes [[da] ou [do]]” (NBR 6023, seção 8.2.4).

6. Os títulos dos periódicos podem ser abreviados. Utiliza-se, nesse caso, as normas constantes da NBR 6032 (NBR 6023, seção 8.2.5).
7. “Quando não existir título, deve-se atribuir uma palavra ou frase que identifique o conteúdo do documento, entre colchetes” (NBR 6023, seção 8.2.6).
8. “O título de várias edições de um documento referenciado sucessivamente, na mesma página, também pode ser substituído por um traço sublinear [equivalente a seis espaços e ponto, da seguinte forma: _____.] nas referências seguintes à primeira” (NBR 6023, seção 9.1.2).

Embora não haja referência expressa a essa situação, havendo divergência entre o título constante na capa e o apresentado na parte interna da obra, inclusive na ficha catalográfica, deve-se sempre utilizar o título de capa, por ser aquele do qual se tem a visualização direta nas estantes e prateleiras das bibliotecas e livrarias.

1.3.1.1.6 Edição

Para a indicação da edição da obra referenciada, utilizam-se as seguintes regras.

1. “Quando houver uma indicação de edição, esta deve ser transcrita, utilizando-se abreviaturas dos numerais ordinais e palavra edição, ambas na forma adotada na língua do documento” (NBR 6023, seção 8.3).
2. “Indicam-se emendas e acréscimos à edição, de forma abreviada” (NBR 6023, seção 8.3.1).
3. Considera-se a versão de documentos eletrônicos como equivalente à edição e se a transcreve como tal (NBR 6023, seção 8.3.2).

A importância da indicação da edição depende em especial da introdução ou não de novas informações ou da revisão de conceitos e posições de uma para outra. Tendo ocorrido uma dessas situações, sua indicação se torna essencial para que o leitor saiba a que versão do trabalho se está referindo.

1.3.1.1.7 Local

Para a indicação do local de publicação da obra referenciada, utilizam-se as seguintes regras.

1. “O nome do local (cidade) de publicação deve ser indicado tal como figura no documento” (NBR 6023, seção 8.4).
2. “No caso de homônimos de cidades, acrescenta-se o nome do estado, do país, etc.” (NBR 6023, seção 8.4.1).
3. “Quando houver mais de um local para uma só editora, indica-se o primeiro ou o mais destacado” (NBR 6023, seção 8.4.2).
4. “Quando a cidade não aparece no documento, mas pode ser identificada, indica-se entre colchetes” (NBR 6023, seção 8.4.3).
5. “Não sendo possível determinar o local, utiliza-se a expressão sine loco, abreviada, entre colchetes [S.l.]” (NBR 6023, seção 8.4.4).
6. “Quando o local e o editor não puderem ser identificados na publicação, utilizam-se ambas as expressões, abreviadas e entre colchetes [S.l.: s.n.]” (NBR 6023, seção 8.5.3).

A norma da ABNT indica a necessidade da indicação do estado ou do país apenas no caso de homônimos de cidades. Sugere-se, entretanto, a adoção dessa indicação sempre que a cidade referida seja pouco conhecida ou de pouca expressão no cenário específico.

1.3.1.1.8 Editora

Para a indicação da editora responsável pela publicação da obra referenciada, utilizam-se as seguintes regras.

1. “O nome da editora deve ser indicado tal como figura no documento, abreviando-se os prenomes e suprimindo-se palavras que designam a natureza jurídica ou comercial, desde que sejam dispensáveis para identificação” (NBR 6023, seção 8.5).
2. “Quando houver duas editoras, indicam-se ambas, com seus respectivos locais (cidades). Se as editoras forem três ou mais, indica-se a primeira ou a que estiver em destaque” (NBR 6023, seção 8.5.1).

3. “Quando a editora não puder ser identificada, deve-se indicar a expressão sine nomine, abreviada, entre colchetes [s.n.]” (NBR 6023, seção 8.5.2).
4. “Quando o local e o editor não puderem ser identificados na publicação, utilizam-se ambas as expressões, abreviadas e entre colchetes [S.l.: s.n.]” (NBR 6023, seção 8.5.3).
5. “Quando a editora é a mesma instituição ou pessoa responsável pela autoria e já tiver sido mencionada, não é indicada” (NBR 6023, seção 8.5.4).

A indicação correta do nome da editora é de especial importância quando o leitor desejar adquirir a obra referida. Deve-se, portanto, cumprir adequadamente as regras acima indicadas.

1.3.1.1.9 Data

Para a indicação da data da publicação da obra referenciada, utilizam-se as seguintes regras.

1. “A data da publicação deve ser indicada em algarismos arábicos” (NBR 6023, seção 8.6).
2. “Por se tratar de elemento essencial para a referência, sempre deve ser indicada uma data, seja da publicação, [...], da impressão, da apresentação (depósito) de um trabalho acadêmico, ou outra” (NBR 6023, seção 8.6.1).
3. Conforme determina a seção 8.6.2 da NBR 6023, se nenhuma data puder ser obtida, deve-se registrar uma data aproximada, entre colchetes, na forma que segue:

[2000 ou 2001]	um ano ou outro;
[2000?]	data provável;
[2000]	data certa, não indicada no item;
[entre 2000 e 2004]	para intervalos de tempo (- de 20 anos);
[ca. 2000]	data aproximada;
[199-]	década certa;
[199-?]	década provável;
[19--]	século certo;
[19--?]	século provável.
4. “Nas referências de vários volumes de um documento, produzidos em um

período, indicam-se as datas mais antiga e mais recente da publicação, separada por hífen” (NBR 6023, seção 8.6.3).

5. “Para as coleções de periódicos em curso de publicação, indica-se apenas a data inicial seguida de hífen e um espaço” (NBR 6023, seção 8.6.4).
6. “Em caso de publicação periódica, indicam-se as datas inicial e final do período de edição, quando se tratar de publicação encerrada” (NBR 6023, seção 8.6.5).
7. “Os meses devem ser indicados de forma abreviada, no idioma original da publicação” (NBR 6023, seção 8.6.6). Na língua portuguesa, a abreviação de todos os meses do ano é realizada com a utilização das três primeiras letras de seu nome, seguidas de ponto, com exceção do mês de maio que não deve ser abreviado.
8. Se a publicação indicar, em lugar dos meses, as estações do ano, faz-se a transcrição tal como figurar no objeto da referência (NBR 6023, seção 8.6.7).
9. Se a publicação indicar, em lugar dos meses, as divisões do ano em trimestres, semestres etc., deve-se abreviar a informação (NBR 6023, seção 8.6.7).
10. Se houver mais de uma publicação do mesmo autor na mesma data, utilizam-se letras minúsculas (a, b, c...) após a data de cada uma delas para identificá-las (esse procedimento deve ser utilizado tanto nas notas quanto na lista de referências).

A data de publicação das obras é um elemento em muitas situações de difícil localização. Algumas obras a indicam de forma precisa, outras simplesmente não a indicam. Outras ainda as indicam em algarismos romanos e não em arábicos. Há ainda a situação, em especial de obras estrangeiras, que a data é indicada ao final do livro e não nas páginas iniciais, como é hábito no Brasil. Some-se a isso os diversos textos que chegam às mãos dos pesquisadores de forma impressa ou em arquivo de computador, sem qualquer referência à data. Deve-se, entretanto, buscar informá-la da forma mais completa possível, pois a identificação do período histórico (seu contexto) em que um texto foi escrito é fundamental para a adequada compreensão do seu conteúdo.

1.3.1.1.10 Descrição física

As informações relativas à descrição física (número de volumes, de páginas etc.) não são obrigatórias. Relativamente a esse elemento, é importante destacar o seguinte.

1. Quando a abreviatura (v. = volume, n. = número, p. = página, f. = folha etc.) anteceder a indicação numérica, ela indica um elemento específico.
2. Quando a abreviatura (v. = volume, n. = número, p. = página, f. = folha etc.) estiver após a indicação numérica, ela indica o número total.
3. A indicação deve ser realizada de modo que se respeite a forma expressa no objeto referenciado (letras, algarismo arábicos, algarismos romanos etc.) (NBR 6023, seção 8.7).
4. Quando se referenciarem publicações de forma integral, menciona-se o número total de folhas ou páginas, seguido pela abreviatura f. ou p., quando se tratar de apenas uma unidade física, ou indica-se o número de volumes, seguido pela abreviatura v., se possuir mais de um volume (NBR 6023, seções 8.7.1 e 8.7.2).
5. “Quando se referenciarem partes de publicações, mencionam-se os números das folhas ou páginas inicial e final, precedidos da abreviatura f. ou p. ou indica-se número do volume, precedido da abreviatura v., ou outra forma de individualizar a parte referenciada” (NBR 6023, seção 8.7.4).

As informações relativas à descrição física são de importância maior quando se tratar de referência à parte de uma obra do que nas situações em que a referência é de toda a obra. Esse é o caso das referências de artigos de revistas, capítulos de livros e coletâneas, verbetes de dicionários, textos de enciclopédias e volumes de coleções.

1.3.1.1.11 Situações especiais

Algumas situações especiais merecem referência em separado neste trabalho. Delas tratar-se-á a seguir.

1.3.1.1.11.1 Séries e coleções

Segundo a norma brasileira, “após todas as indicações sobre os aspectos físicos, podem ser incluídas as notas relativas a séries e/ou coleções. Indicam-se, entre parênteses, os títulos das séries e coleções, separados, por vírgula, da numeração, em algarismos arábicos, se houver” (NBR 6023, seção 8.10).

1.3.1.1.11.2 Trabalhos acadêmicos

Segundo a norma brasileira, “nas teses, dissertações ou outros trabalhos acadêmicos devem ser indicados em nota o tipo de documento (tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso, etc.), o grau, a vinculação acadêmica, o local e a data da defesa, mencionada na folha de aprovação (se houver)” (NBR 6023, seção 8.11).

1.3.1.1.11.3 Trabalhos divulgados em meio eletrônico

Para os trabalhos divulgados em meio eletrônico devem ser consideradas as seguintes regras.

1. Meio eletrônico físico (CD, DVD e etc.): a referência deve obedecer aos padrões indicados para o objeto específico e acrescentam-se a eles as informações relativas à descrição física do meio eletrônico (NBR 6023, seção 7.2.1).
2. Consulta on-line: a referência deve obedecer aos padrões indicados para o objeto específico, e acrescentam-se a eles “as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais < >, precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento, precedida da expressão Acesso em:, opcionalmente acrescida dos dados referentes a hora, minutos e segundos” (NBR 6023, seção 7.2.2).

Deve-se procurar indicar o maior número de informações possível sempre que a fonte for de informação obtida na internet. Nesse espaço as informações são substituídas, incluídas e excluídas com muita rapidez. Em razão disso, sempre que se utilizar essa espécie de fonte em um projeto de pesquisa, trabalho acadêmico, relatório de pesquisa ou artigo, deve-se guardar uma cópia do texto da fonte, quer seja em arquivo, quer seja de forma impressa, de forma que permita a comprovação posterior da correta indicação da fonte em caso de esta ser questionada.

1.3.1.1.11.4 Notas

As notas com informações complementares e necessárias à identificação da obra serão colocadas ao final da referência, sem qualquer destaque tipográfico (NBR 6023, seção 8.11).

1.3.1.2 Modelos de referências

Para facilitar a compreensão das regras aplicáveis às referências, apresenta-se a seguir três quadros. Do primeiro constam, para as principais espécies de informações que possam ser objeto de referência, os elementos que as compõem, a sua sequência e exemplos. O segundo tem o objetivo de listar as referências de modo a considerar as principais situações relativamente à autoria. Já o terceiro destina-se a apresentar a referência e as fontes com ausência de local, editora e/ou data.

1.3.1.2.1 Exemplos de referências por espécie de fonte

Este primeiro quadro apresenta exemplos de referências considerando a espécie de fonte, com base na ABNT, e se incluem, ao final, situações não previstas nas normas dessa associação.

Monografia no todo (livros)	Elementos essenciais: autor(es), título, edição, local, editora e data de publicação (NBR 6023, seção 7.1.1). Quando a editora é a mesma instituição ou pessoa responsável pela autoria, não é necessário repetir a informação (NBR 6023, seção 8.5.4).
	MEZZAROBÀ, Orides. Introdução ao Direito partidário brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. MELO, Julio Cesar Machado Ferreira. A prova no processo penal frente às estratégias da Política Jurídica segundo Osvaldo Ferreira de Melo: uma abordagem crítica. São Paulo: Conceito Editorial, 2014. ALVES, Elizete Lanzoni; SANTOS, Sidney Francisco Reis. Iniciação ao conhecimento da antropologia jurídica: por onde caminha a humanidade?. São Paulo: Conceito Editorial, 2007.
Monografia no todo (trabalhos acadêmicos)	Elementos essenciais: autor(es), título, edição, local, editora e data de publicação. (NBR 6023, seção 7.1.1). Em nota devem ser indicados: tipo de documento, grau, vinculação acadêmica, local e data da defesa (conforme mencionado na folha de aprovação) (NBR 6023, seção 8.11.4).
	FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila. Direito e taoísmo: elementos para compreensão do sistema jurídico à luz do princípio único universal. 2003. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-graduação em Direito, UFSC, Florianópolis, 2003.

Parte de monografia (seção ou fragmento de uma obra, com autor e/ou título próprio)	Elementos essenciais: autor(es), título da parte, seguidos da expressão “In:” e da referência completa da obra no todo (NBR 6023, seção 7.3.1).
	DIAS, Thales Lordão. A proteção dos direitos autorais na internet. In: MARQUES, Jader; SILVA, Maurício Faria da (Org.). O direito na era digital. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. p. 165-174. GRAMSTRUP, Erik Frederico. Responsabilidade objetiva na cláusula geral codificada e nos microssistemas. In: DELGADO, Mário Luiz; ALVES, Jones Figueiredo (Org.). Novo Código Civil: questões controvertidas: responsabilidade civil. São Paulo: Método, 2006. (Série grandes temas de direito privado, v. 5.) SILVA, Rafael Peteffi da. Novos direitos, reparação dos pais pelo nascimento de filhos indesejados e a tutela do direito de não nascer: um diálogo com ordenamento Francês. In: PEREIRA E SILVA, Reinaldo (Org.). Novos direitos: conquistas e desafios. Curitiba: Juruá, 2008.
	MELO, Osvaldo Ferreira de. Dicionário de política jurídica. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2000. BOBBIO, Norberto. Direito. In: BOBBIO, Norberto; METTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Brasília: Ed. UnB, 1986. p. 349-353. DIREITO. In: Dicionário Universal Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2014. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/>. Acesso em: 29 set. 2014.
Publicação periódica como um todo (revistas, boletins etc.)	Elementos essenciais: título, local de publicação, editora, datas de início e de encerramento da publicação (NBR 6023, seção 7.5.1.1). Revista da Academia Judicial. Ano I, n.0 (2010). São Paulo: Conceito Editorial, 2010.

Parte de publicação periódica (revistas, boletins etc.)	Elementos essenciais: título, local de publicação, editora, numeração do ano e/ou volume, numeração do fascículo, informações de períodos e datas de sua publicação (NBR 6023, seção 7.5.2.1). REVISTA Aprender. Marília: CM Editora, a. 4, n. 6, nov./dez. 2004.
Artigo e/ou matéria de revistas, boletins etc.	Elementos essenciais: autor(es), título da parte, artigo ou matéria, título da publicação, local de publicação, editora, numeração correspondente ao volume e/ou ano, fascículo ou número, paginação inicial e final, data ou intervalo de publicação e, quando houver, particularidades que identifiquem a parte (NBR 6023, seção 7.5.3.1). ROSA, Alexandre Moraes da. Devido processo (penal) substancial: 25 anos depois da CR/88. Revista do CEJUR/TJSC: prestação jurisdicional. Florianópolis, Editora do CEJUR, v.1, n.1, p. 145-164, 2013. BRANDÃO, Cláudio. Tipicidade e Interpretação no Direito Penal. Sequência. Florianópolis, Fundação Boiteux. n. 68, p. 59-89, jun. 2014. WUNDERLICH, Alexandre; CANTERJI, Rafael Braude. Projeto Sarney de reforma do Código Penal: qual será o impacto carcerário? Boletim IBCCRIM, São Paulo: IBCCRIM, ano 21, n. 247, jun. 2013, p.6.

Artigo e/ou matéria de jornal	Elementos essenciais: autor(es), título, título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente (não havendo seção, caderno ou parte, a paginação do artigo ou matéria precede a data) (NBR 6023, seção 7.5.5.1).
	COSTA, Marcos da. Negociação avança no Judiciário. Folha de São Paulo, São Paulo, 14 ago. 2014. Primeiro Caderno, p. 3. YUNES, Rosendo A. Recuperar o sentido da Universidade - parte 2. Jornal do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina, Florianópolis, n. 784, p. 2, jun. 2013.
Evento como um todo	Elementos essenciais: nome do evento, numeração do evento quando houver, ano e local de realização; título do documento (anais, atas etc.), local de publicação, editora e data da publicação (NBR 6023:2002, seção 7.6.1).
	ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, XXIII, 2014, Florianópolis. Anais do XXIII Encontro Nacional do CONPEDI . Florianópolis Fundação Boiteux, 2014.
Trabalho apresentado em evento	Elementos essenciais: autor(es), título do trabalho apresentado, seguido da expressão “In:”, nome do evento, numeração do evento quando houver, ano e local de realização, título do documento (anais, atas etc.), local de publicação, editora, data da publicação e página inicial e final da parte referenciada (NBR 6023, seção 7.7.1).
	CAMPILONGO, Celso Fernandes. Conflito social, conflito jurídico e conflito judicial: alternativas de acesso à justiça. In: I Congresso de Justiça Eletrônica (e-justiça) da UFPR. Anais... Curitiba: UFPR, 2012. p. 17.

Legislação	Elementos essenciais: jurisdição, título, numeração, data e dados da publicação. Para Constituições e suas emendas, acrescentar a palavra Constituição, seguida do ano de promulgação entre parênteses, entre o nome da jurisdição e o título (NBR 6023, seção 7.9.1.1).
	BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
	BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
	BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional n.º 32, de 11 de setembro de 2003. In: Constituição da República Federativa do Brasil. 31. ed. atual. e amp. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 280-283.
	_____. Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. In: Código de Processo Civil. 9. ed. atual. São Paulo: Rev. Tribunais, 2004. p. 667-680.
	_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução n.º 9, de 29 de setembro de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, n. 189, 1 out. 2004. Seção 1, p. 17-18. SANTA CATARINA. Constituição (1989). Disponível em: <http://www.sc.gov.br>. Acesso em: 23 nov. 2004, 18:54:05.

Decisões judiciais	Elementos essenciais: jurisdição e órgão judiciário competente, título (natureza da decisão ou ementa) e número, partes envolvidas (quando identificadas), relator, local, data e dados da publicação (NBR 6023, seção 7.9.2.1).
	BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula n.º 648. In: Código de Processo Civil . 9. ed. atual. São Paulo: Rev. Tribunais, 2004. p. 1.052.
	SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Súmula n.º 12. Jurisprudência Catarinense , Florianópolis, 2000-2003. CD 5, dez. 2003.
	_____. Agravo de Instrumento n.º 2013.073076-3. Relator: Des. Pedro Manoel Abreu. Florianópolis, 15 de julho de 2014. Disponível em: < http://bit.ly/1vBmHdY >. Acesso em: 2 set. 2014.
Imagem em movimento (filmes, vídeos etc.)	BRASIL. Tribunal Regional Federal (4ª Região). Agravo de Instrumento n.º 2004.04.01.039834-4/SC. Agravante: União Federal. Agravado: Complexo de Ensino Superior Anita Garibaldi (CESAG). Relatora: Des. Federal Silvia Goraieb. Porto Alegre, 1 de setembro de 2004. Informação obtida nos autos do processo.
	Elementos essenciais: título, diretor, produtor, local, produtora, data e especificação do suporte em unidades físicas (NBR 6023, seção 7.10.1).
Documento sonoro no todo (CD, cassete etc.)	SOCIEDADE dos poetas mortos. Dirigido por: Peter Weir. Produzido por: Steven Haft; Paul Junger Witt; Tony Thomas. EUA: Touchstone Pictures, [1989]. 1 DVD.
	Elementos essenciais: compositor(es) ou intérprete(s), título, local, gravadora (ou equivalente), data e especificação do suporte (NBR 6023, seção 7.13.1).
	ARATANHA Azul. De volta à terra . [Recife]: LG, [2004]. 1 CD.

Documento sonoro em parte (partes e faixas)	Elementos essenciais: compositor(es) ou intérprete(s) da parte (ou faixa de gravação), título, seguidos da expressão “In:”, e da referência do documento sonoro no todo. Informar ao final a faixa ou outra forma de individualizar a parte referenciada (NBR 6023, seção 7.14.1). RAMALHO, Zé. Para Raul. In: _____. Zé Ramalho canta Raul Seixas. Barueri: BMG,[200-]. Faixa 11.
Documento de acesso exclusivo em meio eletrônico (bases de dados, listas de discussão, sítios, arquivos, programas, mensagens eletrônicas etc.)	Elementos essenciais: autor(es), título do serviço ou produto, versão e descrição física do meio eletrônico. Tratando-se de obras consultadas on-line, inclui-se as informações sobre o endereço eletrônico, de forma que as apresente entre os sinais < >, precedidas da expressão “Disponível em:” e a data de acesso ao documento, precedida da expressão “Acesso em:” (NBR 6023, seções 7.14.1 e 7.2.2). DIREITOS Humanos. In: Dicionário Universal Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2014. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/>. Acesso em: 29 set. 2014. MICROSOFT Office2000 Professional. [S.l.]: Microsoft, 2000. 2 CD. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Biblioteca Universitária. Como Fazer Referências: bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documentos. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/design/framerefer.html>. Acesso em: 20 jul. 2014.

Entrevista (indicação sugestiva, com base na AACR 2; a ABNT não possui norma específica sobre referência a entrevista).	Elementos essenciais: Entrevista publicada como parte de monografia: entrevistado(s), título da entrevista (quando houver), seguidos da expressão “In:” e da referência completa da obra no todo, entrevistador. Entrevista publicada em revista: entrevistado(s), título da entrevista (quando houver), título da publicação, local de publicação, editora, numeração correspondente ao volume e/ou ano, fascículo ou número, paginação inicial e final, data ou intervalo de publicação e, quando houver, particularidades que identifiquem a parte, entrevistador. Entrevista publicada em jornal: entrevistado(s), título da entrevista (quando houver), título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente (não havendo seção, caderno ou parte, a paginação do artigo ou matéria precede a data), entrevistador. Entrevista em imagem ou documento sonoro: entrevistado(s), título da entrevista (quando houver), programa (quando houver), local, editora ou emissora e data de publicação ou de concessão, especificação do suporte (quando for o caso), entrevistador. MARTINS, Nelson Juliano Schaefer. Pelo Estado Entrevista Governador em Exercício Nelson Schaefer Martins. Central de Diários do Interior. Florianópolis, 08 set. 2014. Entrevista concedida a Andrea Leonora.
Palestras, conferências etc. (indicação sugestiva; a ABNT não possui norma específica).	Elementos essenciais: palestrante, conferencista ou painelistas; título da..., evento, local, data, instituição promotora e especificação do suporte em unidades físicas. SANTOS NETO, Ana Maria Vieira. Compras Públicas Sustentáveis. Colóquio sobre Compras Públicas Sustentáveis, Florianópolis, 10 de junho de 2013, Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

1.3.1.2.2 Exemplos de referências por autoria da fonte

Este segundo quadro apresenta exemplos de referências considerando a sua autoria, com base na ABNT.

Autor pessoal (individual)	CARVALHO, N. P. A estrutura dos sistemas de patentes e de marcas : passado, presente e futuro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição . 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.
Autor pessoal (dois ou três autores)	FUX, Luiz; NERY JR, Nelson; WAMBIER, Tereza Arruda Alvim (Coord.). Processo e Constituição : estudos em homenagem ao professor José Carlos Barbosa Moreira. São Paulo: Rev. Tribunais, 2006.
Autor pessoal (mais de três autores)	WAMBIER, Tereza Arruda Alvim et al. (Coord.). Reforma do Judiciário : primeiras reflexões sobre a emenda constitucional n. 45/2004. São Paulo: Rev. Tribunais, 2005.
Organizador / compilador, coordenador	RODRIGUES, Horácio Wanderlei (Org.). Ensino jurídico para que(m)? Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000. LÔBO NETO, Paulo Luiz et al. (Org.). OAB ensino jurídico : diagnóstico, perspectivas e propostas. 2. ed. Brasília: OAB.

Autor entidade	BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n.º 9, de 29 de setembro de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, n. 189, 1 out. 2004. Seção 1, p. 17-18. MICROSOFT Office2000 Professional. [S.l.]: Microsoft, 2000. 2 CD. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula n.º 648. In: Código de Processo Civil. 9. ed. atual. São Paulo: Rev. Tribunais, 2004. p. 1.052. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Biblioteca Universitária. Como Fazer Referências: bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documentos. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/design/framerefer.html>. Acesso em: 20 jul. 2014.
Autoria desconhecida	Medicina alternativa de A a Z. 6. ed. Uberlândia, MG: Ed. Natureza, 2003.

1.3.1.2.3 Exemplos de referências sem indicação de local, editora e/ou data

Este segundo quadro apresenta exemplos de referências considerando a sua autoria, com base na ABNT.

Ausência de local	NOBRE, Marcos. Apontamentos sobre a pesquisa em Direito no Brasil. Cadernos Direito GV , n. 1, [S.l.], [2003?].
Ausência de editora	PASOLD, Cesar Luiz. Função social do estado contemporâneo . Florianópolis: [s.n.], 1984.
Ausência de local e editora	ADEODATO, João Maurício. Bases para uma metodologia da pesquisa em Direito . [S.l.: s.n.], [199-].

Data indeterminada	[ALVAREZ, Gladis]. La reforma pedagogica de la Facultad de Derecho e Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. [S.l.: s.n.], [198-?]. JARDIN, Torquato Lorena. Ensino jurídico. [S.l.: s.n.], [ca. 1984]. NOBRE, Marcos. Apontamentos sobre a pesquisa em Direito no Brasil. Cadernos Direito GV, n. 1, [S.l.], [2003?].
Diversos textos na mesma data	LYRA FILHO, Roberto. Por que estudar Direito, hoje? Brasília: Nair, 1984a. _____. Pesquisa em que Direito? Brasília: Nair, 1984b.

1.3.2 Glossário

O glossário, segundo a definição constante da NBR 14724, é a “relação de palavras ou expressões técnicas de uso restrito ou de sentido obscuro, utilizadas no texto, acompanhadas das respectivas definições”.

Sua presença é importante, em especial em trabalhos com muitos termos técnicos. Nos projetos de pesquisa e trabalhos acadêmicos pode facilitar a compreensão do conceito operacional (PASOLD, 2011, p. 37) de palavras ou expressões por parte do leitor.

1.3.3 Apêndices e Anexos

Os apêndices e anexos devem estar em conformidade com o exposto nas seguintes seções.

1.3.3.1 Apêndices

Apêndices são textos ou documentos elaborados pelo autor; são identificados por letras maiúsculas consecutivas (APÊNDICE A – TÍTULO), seguidas de travessão e dos respectivos títulos.

Os instrumentos de pesquisas, compreendidos como aqueles utilizados para a coleta de dados, quando houver pesquisa de campo, devem ser juntados ao projeto de pesquisa na forma de apêndices. Isso é necessário para que se possa analisar a sua adequação ou não aos objetivos propostos.

Também o levantamento bibliográfico e documental preliminar, entendido como a listagem dos documentos e obras que serão utilizados durante o desenvolvimento da pesquisa e que já são de conhecimento do autor, pode ser juntado ao projeto na forma de apêndice.

1.3.3.2 Anexos

Anexos são textos ou documentos não elaborados pelo autor; são identificados por letras maiúsculas consecutivas (ANEXO A – TÍTULO), seguidas de travessão e dos respectivos títulos.

Devem ser juntados ao trabalho sempre que sua localização seja de difícil acesso.

1.3.4 Índices

O índice é tratado em norma específica da ABNT, a NBR 6034, que o conceitua como a “lista de entradas ordenadas segundo determinado critério, que localiza e remete para as informações contidas num texto”. Não se confunde nem com o sumário e nem com a(s) lista(s). A norma técnica indicada, relativamente às espécies, classifica os índices considerando a forma de ordenação ou o enfoque.

Levando em conta o critério de ordenação, o índice pode ser classificado em:

- a) alfabético; ou
- b) sistemático, quando a ordenação se dá por ordem numérica ou cronológica ou por classes.

Considerando o critério enfoque, o índice pode ser classificado como:

- a) especial, quando organizado por autor, assunto, pessoa e entidade, nome geográfico, abreviatura, símbolo ou sigla, citação, ou anunciante e matéria publicitária; ou
- b) geral, quando combinar duas categorias ou mais dentre as indicadas como enfoque especial.

Especialmente em trabalhos longos, a utilização de índices facilita ao leitor encontrar conteúdos e informações aos quais deseja ter acesso, principalmente quando organizado por assunto, em ordem alfabética, o que permite encontrar rapidamente, no âmbito do trabalho, todos os momentos em que este é tratado.

2 CITAÇÕES

As citações são objeto específico da NBR 10520 e podem ser classificadas em:

- a) citação direta (transcrição textual);
- b) citação indireta (paráfrase, texto baseado na obra referida);
- c) citação de citação (citação direta ou indireta de um texto ao qual apenas se teve acesso através de outro texto que não o original).

Sua localização pode ser no texto ou em notas de rodapé, e devem ser apresentadas segundo as seguintes regras gerais.

1. A utilização do ponto final após as citações deve atender às regras gramaticais.
2. Citações diretas de até 3 linhas devem ser inseridas no parágrafo normal e contidas entre aspas.
3. Utilizam-se aspas simples para indicar citação no interior de citação.
4. Citações diretas de mais de 3 linhas devem ser destacadas em parágrafo próprio, sem aspas, com recuo de 4 cm da margem esquerda, com fonte menor que a do texto regular¹ e espaço simples.
5. Indica-se as supressões com [...].
6. Insere-se interpolações, acréscimos ou comentários entre [].
7. Realiza-se ênfases ou destaques com negrito ou itálico.
8. Para trechos enfatizados ou destacados na citação, inclui-se as expressões “grifo nosso”² ou “grifo do autor”, conforme o caso, após a chamada da citação, ainda dentro dos parênteses.
9. Para trechos traduzidos pelo autor do trabalho, deve-se incluir a expressão “tradução nossa”³, após a chamada da citação, ainda dentro dos parênteses.
10. Dados obtidos por informação verbal devem ser seguidos da expressão

1 Sugere-se utilizar fonte tamanho 11 se o corpo do texto for fonte 12.

2 A norma da ABNT indica a utilização da primeira pessoa do plural. O objetivo da norma é que seja indicado claramente quem realizou o grifo ou a tradução. Nesse sentido, estando o texto no impessoal, parece melhor a utilização do “grifou-se” e do “traduziu-se”; estando o texto na primeira pessoa, “grifei” e “traduzi”; ou ainda pode-se inserir a expressão “sem grifo no original”.

3 *Idem* a nota anterior.

“informação verbal” entre parênteses, e os dados e informações disponíveis devem ser mencionados em nota de rodapé.

As citações são indicadas no texto, por um sistema de chamada, que pode ser o sistema autor-data ou o sistema numérico.

2.1 CITAÇÕES DIRETAS, LITERAIS OU TEXTUAIS - EXEMPLOS

A tabela a seguir apresenta exemplos de citações diretas, literais ou textuais.

Exemplo de citação direta curta
Várias foram as conferências realizadas sobre o tema Direito Internacional Humanitário sendo que as primeiras “deram-se nos anos de 1856, 1863, 1899, 1906 e 1907 e tratavam da guerra marítima, dos prisioneiros de guerra, dos combatentes e do estatuto dos prisioneiros de guerra” (KRIEGER, 2011, p.230).
Exemplo de citação direta longa
Conforme explica Fontes (2010, p. 266) O controle da constitucionalidade tem seu estudo marcado pela dicotomia entre controle difuso e controle concentrado. O primeiro permite a todo e qualquer juiz ou tribunal o reconhecimento da inconstitucionalidade de determinada norma, a fim de negar ou modular sua aplicação o caso concreto; o segundo é confiado, pela própria ordem constitucional vigente, a certo órgão, que invariavelmente, terá na apreciação abstrata da constitucionalidade das normas sua função principal.

2.2 CITAÇÕES INDIRETAS CONCEITUAIS OU LIVRES - EXEMPLO

A tabela a seguir apresenta exemplo de citação indireta conceitual ou livre.

Exemplo de citação indireta ou paráfrase
O problema do ensino do Direito não se reduz às questões curriculares e didático-pedagógicas. Currículo e metodologia do ensino são meras consequências de uma estrutura de pensamento e de uma prática já estabelecidas – decorrem do senso comum teórico dos juristas, visto como o complexo e contraditório conjunto de juízos éticos, crenças, pontos de vista, saberes acumulados, enunciados científicos e justificações, expresso mediante discursos produzidos pelos órgãos institucionais e autoridades jurídicas, cristalizado pelas práticas jurídicas (WARAT, 1981,1982).

2.3 CITAÇÃO DE CITAÇÃO - EXEMPLOS

A tabela a seguir apresenta exemplos de citação de citação.

Exemplo de citação de citação curta
O ensino do Direito, ao dizer que Direito é as normas estatais, contrai, arbitrariamente, a dialética do fenômeno jurídico, deixando em aberto o que tais normas pretendem veicular. “Isto é, o passageiro é definido pelo automóvel e tudo que nele transita é o passageiro” (LYRA FILHO apud RODRIGUES, 2007, p. 17, grifo do autor). Isto traz como consequência a negação da “positividade” ao que não é o direito estatal, que desta forma se coloca como dogma inquestionável – é a influência da ciência positivista (dogmática jurídica) sobre o Ensino do Direito.
Exemplo de citação de citação longa
Este tipo de concepção, segundo Lyra Filho, nega dois fatos óbvios: O primeiro é a existência de normação jurídica nas sociedades em que não há Estado – o que qualquer antropólogo demonstra ser inexato. O segundo é que fatos jurídicos, tais como o Poder Constituinte, para o qual apela o Estado em sua origem, passam a ser algo não-jurídico. Sobretudo não há falar em direitos humanos, ou coisa que os valha, pois direito não são (apud RODRIGUES, 2007, p. 17, grifo do autor).

2.4 CITAÇÕES EM MEIO ELETRÔNICO

As citações de documentos coletados através de meios eletrônicos segue a mesma regra das citações impressas. Tanto pelo sistema autor-data quanto pelo sistema numérico, deve-se manter a identificação do autor ou documento, seguido do ano e da página. Quando não for possível identificar o ano ou a página, usa-se o mesmo critério que deve ser utilizado para os documentos impressos. Na elaboração da lista de referências no final do trabalho, deve ser incluído ao fim da referência do documento as seguintes informações: “Disponível em: <_____>. Acesso em: _____”.

2.5 SINAIS E CONVENÇÕES

Quando da adoção do sistema numérico, em nota de rodapé, para a indicação da fonte das citações, a primeira citação da obra deve ter sua referência completa, na forma NBR 6023. Para a seguinte podem ser adotadas formas abreviadas, com utilização das expressões a seguir indicadas (NBR 10520, seção 7.1.2):

- a) apud = citado por, conforme ou segundo;
- b) Cf. = confira;
- c) et seq. = sequentia, para seguinte ou o que se segue;
- d) Ibid. = ibidem, para a mesma obra;
- e) Id. = idem, para o mesmo autor;
- f) loc. cit. = loco citato, para no lugar citado;
- g) op. cit. = opus citatum, para obra citada; e
- h) passim = passim, para aqui e ali ou em diversas passagens.

As expressões “Id.”, “Ibid.”, “op. cit.” e “Cf.” apenas podem ser utilizadas na mesma página da nota de citação à qual se referem. As expressões “Id.”, “Ibid.” e “Cf.”, por iniciarem a nota, são iniciadas por letras maiúsculas; as demais, contidas no interior das notas, iniciam com letras minúsculas.

Exemplos:

LYRA FILHO, Roberto. **O Direito que se ensina errado**. Brasília: Centro Acadêmico de Direito da UnB, 1980. p. 5.

² Ibid., p. 5.

³ WARAT, Luis Alberto. **A ciência jurídica e seus dois maridos**. Santa Cruz do Sul: FISC, 1985. p. 45.

³ LYRA FILHO, op. cit., p. 5.

2.6 SISTEMAS DE CHAMADA

As notas de referências, para as quais se adotam os sistemas de chamada autor-data e numérico, têm por objetivo indicar as fontes das citações.

Segundo a seção 7 da NBR 10520, “deve-se utilizar o sistema autor-data para as citações no texto e o numérico para notas explicativas”; também essa mesma norma técnica estabelece, na seção 6.2.1, que “o sistema numérico não deve ser utilizado [para indicar citações] quando há notas [explicativas] de rodapé”. No mesmo sentido, a NBR 6023, na seção 9.2, *in fine*, reforça essa posição ao estabelecer que “o sistema numérico não pode ser usado concomitantemente para notas de referência e notas explicativas”.

Fica claro, nesse sentido, que a utilização do sistema numérico só pode ocorrer quando o texto não possuir notas explicativas. A impossibilidade de utilizar esse tipo de nota pode empobrecer o texto e mesmo, em algumas situações, dificultar a inclusão de determinadas informações. Sugere-se, portanto, a adoção, em qualquer situação, do sistema autor-data.

2.6.1 Sistema autor-data

No sistema autor-data indica-se:

- a) sobrenome de cada autor (em letras maiúsculas) ou de cada entidade responsável até o primeiro sinal de pontuação (em letras maiúsculas);

b) data de publicação do documento;

c) volume, tomo, número, página.

Esses elementos são separados por vírgulas, sendo que a indicação da página ou páginas é precedida da abreviatura “p.”, e indicados entre parênteses.

Relativamente ao sistema de chamada autor-data, as regras gerais de apresentação das referências das citações são as seguintes.

1. A referência aos autores ou instituições responsáveis deve ser em maiúsculas, quando entre parênteses, e apenas com as iniciais maiúsculas, quando a chamada estiver na própria sentença (nesse caso, irão entre parênteses apenas o ano, o volume, o tomo, o número e a página).
2. A indicação de volume, tomo e número apenas é necessária em publicações seriadas ou com mais de um volume.
3. Nas citações indiretas, a indicação da página é opcional.
4. Nas citações de citações, o sobrenome do autor do texto é seguido da expressão apud e do sobrenome do autor da fonte consultada.
5. Havendo coincidência de sobrenomes de autores, acrescentam-se as iniciais de seus nomes; persistindo a coincidência, grafam-se os seus nomes por extenso.
6. Distinguem-se as diversas publicações de um mesmo autor em um mesmo ano pelo acréscimo de letras minúsculas, em ordem alfabética, após o ano, sem espaçamento.
7. Havendo a citação indireta de diversos textos ou documentos de um mesmo autor, mencionados simultaneamente, incluem-se todas as datas em sequência, separadas por vírgulas.
8. Na citação indireta de diversos documentos, de autoria de diferentes pessoas, mencionados simultaneamente, deve-se incluir as referências em ordem alfabética e separá-las por ponto e vírgula.

Como já destacado anteriormente, as normas da ABNT não permitem a utilização das notas de rodapé, quer para realizar indicações, observações ou aditamentos, quer como notas explicativas, quando tiverem sido utilizadas para as notas de referências. Assim, utilizando as notas de rodapé para referenciar as citações, não se podem utilizar as notas de rodapé para qualquer outra finalidade. A utilização do sistema autor-data, além da maior facilidade de utilização, libera as notas de rodapé para serem utilizadas em suas outras finalidades.

2.6.2 Sistema numérico

Nesse sistema, segundo a NBR 10520, “a indicação da fonte é feita por uma numeração única e consecutiva, em algarismos arábicos, remetendo à lista de referências [elaborada de acordo com a NBR 6023] ao final do trabalho, do capítulo ou da parte, na mesma ordem em que aparecem no texto”.

Segundo a ABNT, conforme ressaltado diversas vezes neste texto, o sistema numérico para as referências de citações não deve ser utilizado concomitantemente com notas de rodapé explicativas.

A numeração indicativa da fonte pode ser feita de duas formas:

- a) alinhada ao texto, entre parênteses; ou
- b) sobrescrita, sob a forma de expoente, na própria linha do texto, após a pontuação que encerra a citação.

A utilização desse sistema exige grande experiência do pesquisador, considerando que qualquer mudança na sequência das citações, a introdução no texto de novas citações, a ampliação do próprio texto, que modificam a paginação, necessitam de uma revisão integral nas notas. O sistema autor-data, nesse sentido, é muito mais prático e seguro, já que evita erros na indicação das fontes das citações, com exceção daquelas situações em que o próprio digitador indica a fonte errada.

3 NOTAS DE RODAPÉ

Segundo a NBR 10520 as notas podem ser de rodapé, de referências e explicativas. Ao mesmo tempo, as notas de referências e as notas explicativas aparecerem nessa norma, em seções secundárias (respectivamente 7.1 e 7.2) da seção notas de rodapé (seção primária 7).

De outro lado, a NBR 6023, em seu item 5, ao tratar da localização das referências, estabelece que estas podem estar, entre outros lugares, no rodapé, ao final de uma seção primária ou ao final do texto. Ao tratar dos sistemas de chamada para as fontes das citações, a norma indica duas opções, o numérico e o autor-data. Não há como negar que o sistema autor-data, embora não indicado dessa forma pela norma, é também uma nota de referência, colocada nesse caso dentro do texto.

Considerando-se a ausência de clareza da norma e para melhor sistematizar a classificação das notas, serão utilizados dois critérios: a sua localização e o seu conteúdo. Dessa forma as notas podem ser:

- a) notas de referência (indicam fontes consultadas ou remetem a outras partes do trabalho onde o assunto foi abordado) — exemplos serão mostrados na apresentação das notas de referência pelo sistema autor-data e em rodapé;
- b) notas explicativas (comentários, esclarecimentos ou explanações que não possam ser incluídos no texto) — dentro dessas notas, embora não expressamente incluídas na norma da ABNT, podem-se incluir as anotações de terceiros (como naquelas publicações em que a atualização é realizada por outros especialistas que não o autor original da obra) e as notas dos tradutores.

Exemplo de nota explicativa

Entende-se que o objeto de conhecimento está sempre em constante construção, não está colocado na natureza como um dado. O objeto cognoscível é construído a partir do próprio processo de produção de uma teoria e, como tal, se vincula à prática, através do método de abordagem utilizado, que delimita os parâmetros da realidade, respaldado por sua construção epistemológica. Todo dado e todo objeto de análise são construídos. Portanto toda teoria efetuada sobre eles se caracteriza por se um conhecimento aproximado, retificável e não o reflexo dos fatos. Sobre a questão da construção do objeto da ciência ver: BACHELARD, Gaston. **O racionalismo aplicado**. Trad. de Nathanael C. Caxeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1977; e BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Trad. de Fátima Lourenço Godinho e Mário Carmino Oliveira. Lisboa: Edições 70, 1981.

Considerando a sua localização, as notas podem ser:

- a) notas de rodapé;
- b) notas de final de seção;
- c) notas de final de texto; e
- d) notas dentro do próprio texto (caso específico das notas de referência no sistema autor-data).

Deve-se ainda, quanto às notas, considerar as seguintes regras.

1. Segundo a NBR 10520, as notas são numeradas com algarismos arábicos, e a numeração deve ser única e consecutiva para cada capítulo ou parte, ou para o trabalho inteiro.
2. Relativamente à fonte, estabelece a NBR 14724 que deve-se utilizar fonte menor do que a utilizada no texto normal do trabalho⁴.
3. Quanto ao espaçamento, estabelece a NBR 14724 que as notas devem ser digitadas em espaço simples, sem que se insira nenhum espaço adicional entre uma nota e outra.
4. Segundo a NBR 10520, o alinhamento do texto das demais linhas de cada nota, que não a primeira, inicia sob a primeira letra do texto da própria nota, de forma que deixe em destaque o expoente.

A seção 6.2.2 da NBR 10520, ao tratar do sistema numérico para indicar as fontes das citações, traz as opções a serem adotadas para a numeração das notas.

⁴ Sugere-se utilizar fonte tamanho 10.

Embora essa indicação possa parecer específica e não geral, ela se aplica à numeração de todas as notas, sejam de referências ou explicativas. São elas:

- a) alinhadas ao texto, entre parênteses; ou
- b) sobrescritas, sob a forma de expoente, na própria linha do texto, após a pontuação que encerra a citação.

Dentre essas opções, a segunda se apresenta melhor, tanto por facilitar a sua visualização quanto por dar ao texto uma apresentação gráfica mais adequada. E atualmente, com a utilização dos redatores de texto, não há porque não utilizá-la, diferentemente do passado, quando os textos tinham de ser datilografados, o que dificultava sobremaneira a adoção dessa e de outras opções, como as próprias notas de rodapé.

3.1 NOTAS DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Quando no trabalho se opta pelo sistema de chamada numérico, fica necessariamente implícita a exigência de notas de referência no rodapé da página na qual estão indicadas as respectivas citações. A utilização de nota de rodapé para a apresentação das referências das citações realizadas é exclusiva do sistema numérico e não deve ser empregada para desenvolver comentários fora do corpo do texto, na qualidade de notas explicativas. Se no trabalho houver necessidade de incluir muitos comentários em notas, deve-se optar pelo sistema de citação de referências autor-data.

3.2 NOTAS EXPLICATIVAS

Notas explicativas são esclarecimentos, comentários ou discussões marginais do propósito da pesquisa. Esses tipos de comentários devem ser alocados no rodapé da própria página do texto. Conforme a ABNT 10520, a utilização de notas explicativas exclui a possibilidade de apresentação de referências de fontes de citações diretas ou indiretas nas notas de rodapé. Caso a opção utilizada seja pelo sistema de chamada autor-data na nota de rodapé, poderá ser empregada para apresentação os comentários explicativos adicionais ao texto. Caso a escolha do sistema de chamada for o numérico, o uso de notas explicativas fica prejudicado. Nesse caso, todos os comentários deverão estar presentes no próprio corpo do texto.

4 APRESENTAÇÃO GRÁFICA

A apresentação gráfica deve estar em conformidade com o exposto nas seções que se seguem.

4.1 PAPEL

A seguir, são apresentadas as regras básicas relativas ao papel a ser utilizado e à forma de sua impressão.

1. O papel, de acordo com a ABNT 14724, deve ser branco, tamanho A4; também é possível utilizar papel reciclado.
2. A regra é que a impressão deve ser na cor preta (com exceção de eventuais ilustrações), no anverso das folhas (com exceção da ficha catalográfica, na folha de rosto, quando se tratar de trabalhos de curso, monografias, dissertações e teses); mas também é possível fazer impressão anverso e verso.

4.2 ALINHAMENTO

Não há na ABNT qualquer referência sobre a justificação ou não dos parágrafos normais do texto nem sobre a entrada desses parágrafos (iniciar a primeira linha alinhada à margem ou com um espaço regular de entrada em todos os parágrafos).

Nessas situações, como em outras não tratadas pela ABNT, havendo regra definida na Língua Portuguesa, esta deve ser utilizada; não havendo, vale a regra referida acima, que atribui liberdade ao autor do trabalho.

4.3 ESPACEJAMENTO

A seguir são apresentados os principais critérios a serem adotados no espaçamento entre linhas na digitação do trabalho.

1. Para o texto, utiliza-se espaço de 1,5 (um e meio).

2. Para o título da seção primária, adota-se como regra digitá-lo junto à margem superior (na primeira linha da mancha⁵) e separado por dois espaços de 1,5 do texto que o segue (o espaço normal, dado sempre que se concluí um parágrafo, mais um espaço adicional).
3. Os títulos, a partir da seção secundária, devem ser separados do texto anterior e do posterior por dois espaços de 1,5 (o espaço normal, dado sempre que se concluí um parágrafo, mais um espaço adicional).
4. Para as referências, utiliza-se espaço simples entre as linhas de uma mesma referência e espaço de 1,5 entre uma referência e outra.
5. Nas citações longas (em destaque), utiliza-se espaço simples.
6. Nas notas, utiliza-se espaço simples.
7. Nas fichas catalográficas, utiliza-se espaço simples.
8. Para as legendas de ilustrações e tabelas, utiliza-se espaço simples.
9. As informações sobre a natureza e o objetivo do trabalho e sobre a IES a que é submetido e a área de concentração do curso, nas folhas de rosto e de aprovação, devem ser digitadas em espaço simples, e o texto é alinhado do meio da mancha para a margem direita.

Relativamente ao projeto gráfico (NBR 14724, no segundo parágrafo do item 5.1), este é de responsabilidade do autor do trabalho.

4.4 MARGEM

Devem ser adotadas as seguintes margens:

- a) superior, de 3 cm;
- b) inferior, de 2 cm;
- c) esquerda, de 3 cm;
- d) direita, de 2 cm.

A utilização de margens maiores em um centímetro na margem esquerda e na superior tem por motivo, no primeiro caso, deixar espaço suficiente para a utilização de encadernação (seja capa dura ou espiral), e, no segundo, fornecer espaço adequado para a colocação do número da página, que fica a dois centímetros da margem superior (não fosse assim, o número da página ficaria sobreposto ao texto da primeira linha).

5 Mancha é a parte da folha destinada ao texto; a parte situada entre as margens.

4.5 FONTE

A fonte deve ser de tamanho 12 para o texto regular, 11 (um ponto menor) para as citações longas e 10 para as notas de rodapé, paginação e legendas.

É importante destacar que, quando se indica fonte 12, se tem em mente a utilização de tipos de letras que sigam o padrão normal, tendo por base as já desativadas máquinas de escrever, uma vez que as normas existentes, em sua grande maioria, são ainda da época de sua utilização, apenas com pequenas alterações de conteúdo e também adaptações à atual utilização dos redatores de texto. Nesse sentido, as fontes mais indicadas são a *Arial* e a *Times New Roman*.

4.6 PAGINAÇÃO

Para a paginação devem ser observadas as seguintes regras.

1. São contadas todas as folhas, mas a numeração só é colocada a partir da primeira folha da parte textual nos artigos, digitados sem folha de rosto e sumário, a numeração é colocada a partir da folha 2.
2. A numeração é colocada em números arábicos, no canto superior direito, a 2 cm da borda superior e a 2 cm da borda direita da folha (dentro da cabeçalho).
3. Havendo mais de um volume, a numeração das folhas permanece única.
4. Havendo apêndices ou anexos, a numeração deve ser contínua e única, de forma que sua paginação dê sequência a do texto que os precede.

A utilização da numeração das páginas é essencial para que as informações buscadas possam ser facilmente localizadas, quer pelo sumário, quer pelos índices, quando existentes.

4.7 TÍTULOS DAS SEÇÕES

Relativamente aos títulos, devem ser observadas as seguintes regras.

1. São elementos sem título e sem indicativo numérico a capa, a folha de rosto, a folha de aprovação, a dedicatória e a epígrafe.
2. São títulos que não possuem indicativo numérico e devem ser centralizados

a errata, os agradecimentos, as listas, os resumos, o sumário, as referências, o glossário, os apêndices, os anexos e os índices.

3. São títulos que possuem indicativo numérico e devem ser alinhados à esquerda, precedidos de seus indicativos numéricos, deles separados por um espaço de caractere (não se utiliza ponto, hífen, travessão ou qualquer outro sinal), a introdução, as seções do desenvolvimento e a conclusão.
4. Adota-se para os títulos com indicativos numéricos, a sua numeração progressiva⁶ com algarismos arábicos.
5. Os títulos das seções primárias devem iniciar em folha distinta, alinhados na margem esquerda e na parte superior da mancha, separados dos textos que os sucedem por dois espaços de 1,5 (o espaço normal, dado sempre que se concluí um parágrafo, mais um espaço adicional), quando se tratar de trabalho acadêmico (TCC, monografia, dissertação ou tese).
6. Os títulos das demais seções devem ser alinhados na margem esquerda e separados dos textos que os precedem e que os sucedem por dois espaços de 1,5 (o espaço normal, dado sempre que se concluí um parágrafo, mais um espaço adicional).
7. Destacam-se gradativamente os títulos das seções utilizando-se recursos gráficos (caixa alta, negrito, itálico ou outros).

Relativamente aos títulos das seções da parte textual, é necessário que se indique de forma precisa o conteúdo que os segue, de modo a permitir a adequada localização das informações por parte do leitor.

Destaque-se também a necessidade de que cada título seja seguido de texto, de modo que não podem seguir-se dois títulos sem texto entre eles, mesmo que o segundo seja uma subseção do primeiro.

4.8 NUMERAÇÃO (INDICATIVO) DAS SEÇÕES

Segundo a NBR 6024, emprega-se, para a numeração progressiva das seções, algarismos arábicos. As regras básicas a serem seguidas são as seguintes.

1. Alinha-se o indicativo de seção na margem esquerda, de modo que preceda o título e dele se separe por um espaço de caractere.

⁶ Ver NBR 6024:2012

2. Limita-se a numeração progressiva até a seção quinária.
3. Empregam-se para as seções primárias indicativos grafados em números inteiros, a partir de 1.
4. Empregam-se para as seções secundárias indicativos formados pelo indicativo da seção primária a que pertence, seguidos dos números que lhes forem atribuídos na ordem do texto, separados por um ponto. E assim sucessivamente, até as seções quinárias.
5. Não se utiliza ponto ou qualquer outro sinal (hífen, travessão ou outros) após o indicativo de seção ou seu título.
6. Desejando-se destacar gradativamente os títulos das seções, utiliza-se recursos gráficos (caixa alta, negrito, itálico ou outros).

Segundo a NBR 6024, “todas as seções devem conter um texto relacionado com elas”.

É importante destacar o cuidado necessário na divisão das seções, de forma decrescente do conteúdo, do geral para o particular, de modo que parta das seções primárias até chegar às seções quinárias.

Para enumerar assuntos que não possuam título, utilizam-se alíneas, dispostas graficamente conforme as seguintes regras.

1. As alíneas são ordenadas alfabeticamente, sendo cada letra indicativa de uma alínea seguida de “)”.
2. A última frase do texto anterior às alíneas termina em dois pontos.
3. Cada alínea ocupa uma nova linha.
4. O texto de cada alínea começa com letra minúscula e, com exceção da última, termina em ponto e vírgula (sendo cumulativas ou alternativas, pode ser acrescentado, após a penúltima, “e” ou “ou”, conforme o caso).
5. O texto das demais linhas de cada alínea, que não a primeira, iniciam sob a primeira letra do texto da própria alínea.

É recomendável que nenhuma seção seja encerrada com alíneas. Assim, deve-se, após a sua listagem, apresentar um texto de fechamento relativamente ao conteúdo nelas expresso.

4.9 SIGLAS

Na primeira vez que aparecer no texto, coloca-se a forma completa do nome seguida da sigla entre parênteses; a partir de então é utilizada apenas a sigla. Também podem ser apresentadas em lista de abreviaturas e siglas, conforme a NBR 14724.

4.10 ILUSTRAÇÕES, TABELAS E QUADROS

A identificação da ilustração, tabela ou gráfico deve aparecer na sua parte inferior, iniciada pela palavra designativa (esquema, fluxograma, gráfico, organograma, quadro, tabela e outros), seguida de seu número de ordem (com base na sequência em que aparecem no texto), em algarismos arábicos, e do respectivo título ou legenda explicativa (breve e clara).

Respeitado o projeto gráfico, cada ilustração deve ser inserida o mais próxima possível do trecho do texto a que se refere ou que lhe faz referência.

4.11 LOMBADA

A lombada deve conter o nome do autor impresso, de forma que se inicie na parte superior em direção à parte inferior, e o título do trabalho. Havendo mais de um volume, deve também ser indicado através de elementos alfanuméricos o número de cada volume (v. 1, v. 2).

A impressão do texto da lombada, do alto para o pé, tem por objetivo possibilitar a leitura das informações quando o trabalho está colocado de forma horizontal, com a face da capa para cima.

A lombada é apresentada na norma como um elemento em separado. Ela é, entretanto, elemento que compõe a própria capa. A ABNT possui norma específica sobre a lombada, a NBR 12225.

5 PROJETO DE PESQUISA

O projeto de pesquisa deve estar em conformidade com o exposto nas seções que se seguem.

5.1 ESTRUTURA DO PROJETO DE PESQUISA

Considerando a NBR 15.287, o projeto de pesquisa possui a seguinte estrutura.

ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

FOLHA DE ROSTO	obrigatória
AUTOR(ES)	
TÍTULO E SUBTÍTULO	
TIPO DE PROJETO DE PESQUISA E INSTITUIÇÃO /	
ENTIDADE A QUE DEVE SER SUBMETIDO	
LOCAL DA INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	
ANO DE DEPÓSITO / ENTREGA	
LISTAS (ilustrações, tabelas, abreviaturas, siglas etc.)	opcional
SUMÁRIO	obrigatório

ELEMENTOS TEXTUAIS

TEMA obrigatório	obrigatório
PROBLEMA obrigatório	obrigatório
HIPÓTESE(S) quando couber	quando couber
OBJETIVOS obrigatório	obrigatório
JUSTIFICATIVAS obrigatório	obrigatório
REFERENCIAL TEÓRICO obrigatório	obrigatório
METODOLOGIA obrigatório	obrigatório
RECURSOS obrigatório	obrigatório
CRONOGRAMA obrigatório	obrigatório

ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

REFERÊNCIAS obrigatório	obrigatório
GLOSSÁRIO (em ordem alfabética) opcional	opcional

APÊNDICE(S) opcional	opcional
ANEXOS(S) opcional	opcional
ÍNDICE(S)	opcional

Na digitação do texto, as seções da parte textual do projeto devem ser digitadas em sequência, sem qualquer quebra de página. Os elementos pré e pós-textuais devem, cada um deles, iniciar em nova página.

Destaque-se, para finalizar, que a norma da ABNT indica o rol mínimo de conteúdos que deve conter um projeto de pesquisa. Entretanto, em cada situação específica, considerando o objeto da pesquisa e/ou as exigências da instituição ou entidade a que será apresentado, poderá o projeto incluir outros elementos além dos aqui expressamente indicados. Exemplo dessa situação é a necessidade de indicação do orientador nos TCCs, dissertações, teses e aqui, especificamente, para os relatórios de pesquisas do Núcleo de Estudos e Pesquisas - NEP da Academia Judicial.

Os elementos pré e pós-textuais já foram devidamente tratados na primeira parte deste guia. Aqui apenas serão analisados os elementos textuais, considerando as pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas - NEP da Academia Judicial.

5.2 TEMA E DELIMITAÇÃO DO TEMA

Segundo Eco (2010, p. 6), em sua obra “Como se faz uma tese”, há quatro regras óbvias para a escolha do tema. Diz ele:

Pode acontecer que o candidato faça a tese sobre um tema imposto pelo professor. Tais coisas devem ser evitadas.

Não estamos nos referindo, evidentemente, aos casos em que o candidato busca o conselho do mestre. Aludimos antes ou àqueles em que a culpa é do professor [querendo se aproveitar da pesquisa do aluno], ou àqueles em que a culpa cabe ao candidato, privado de interesse e disposto a fazer mal qualquer coisa para se ver livre dela o mais depressa possível.

Ocupar-nos-emos daquelas situações em que se presume a existência de um candidato movido por certos interesses e um professor disposto a interpretar suas exigências.

Nestes casos, as regras para a escolha do tema são quatro:

1. Que o tema responda aos interesses do candidato (ligado tanto ao tipo de exame quanto às suas leituras, sua atitude política, cultural ou religiosa);
2. Que as fontes de consulta sejam acessíveis, isto é, estejam ao alcance material do candidato;

3. Que as fontes de consulta sejam manejáveis, ou seja, estejam ao alcance cultural do candidato;

4. Que o quadro metodológico da pesquisa esteja ao alcance da experiência do candidato.

Assim expostas, estas quatro regras parecem banais e resumíveis na norma 'quem quer fazer uma tese deve fazer uma tese que esteja à altura de fazer'. E, de fato, é exatamente assim, e sabe-se de teses dramaticamente abortadas justo porque não se soube colocar o problema inicial em termos tão óbvios. (grifos do autor)

Na sequência, em nota de rodapé, Eco (2010, p. 6), inclui uma quinta regra, também essencial:

Poderemos acrescentar uma quinta regra: que o professor seja adequado. Com efeito, há candidatos que, por razões de simpatia ou preguiça, querem fazer com o docente da matéria A uma tese que em verdade é da matéria B. O docente aceita (por simpatia, vaidade ou desatenção) e depois não se vê à altura de seguir a tese. (grifo do autor)

A escolha do tema é o essencial no âmbito da pesquisa. Quando se escolhe um tema com o qual se possui afinidade, a pesquisa será prazerosa; a escolha de um tema inadequado ou que não desperte no pesquisador o desejo de busca de informações tornará o processo de desenvolvimento da pesquisa penoso, difícil, e pode mesmo levar a que não ocorra a sua conclusão.

O tema deve ser delimitado em termos temporal, espacial e de conteúdo, e apresentado de forma clara. É a partir de sua delimitação que será possível indicar o problema.

5.3 OBJETIVOS

Os objetivos dizem respeito ao núcleo e finalidade da pesquisa. Referem-se, nesse sentido, ao futuro. A elaboração dos objetivos é fundamental em qualquer projeto. É a partir da definição dos objetivos que se estabelecem os caminhos a serem seguidos para a sua realização. São como um farol que guia o pesquisador, pois, mostram o que se deseja ao final do desenvolvimento do projeto.

Devem ser divididos em objetivo geral e objetivos específicos e elaborados de forma clara e objetiva. Sua redação deve sempre iniciar por um verbo no infinitivo, de forma que indique adequadamente a ação que se deseja realizar.

5.4 PROBLEMA

O problema é uma situação dada, para a qual se buscam explicações ou respostas. No âmbito da pesquisa científica sempre se trabalha com o objetivo de solucionar problemas, pois essa espécie de pesquisa visa a descoberta ou a abordagem diferenciada sobre a temática escolhida. É também a situação das teses de doutorado.

No âmbito dos trabalhos acadêmicos iniciais (TCCs, monografias e mesmo a dissertação de mestrado), o objetivo da pesquisa é, regra geral, a sistematização do conhecimento já produzido. Nessa situação o problema é mais um guia para a sistematização do que propriamente uma situação em busca de respostas mais precisas ou de uma solução científica.

Nesse caso, em que a pesquisa é de sistematização, deve, da mesma forma, ser apresentado um problema; mas, como indicado no parágrafo anterior, não é necessariamente um problema para o qual ainda não haja respostas ou para o qual se busque uma resposta ainda não dada.

Pode-se, de uma forma objetiva, afirmar que nas pesquisas de sistematização se busca a compreensão de um objeto, enquanto na pesquisa científica se busca respostas para uma dúvida, ou seja, soluções para um dado problema.

Pode-se falar, ainda no âmbito acadêmico, em pesquisa informativa, na qual o que se busca é apenas o acesso a informações ainda desconhecidas, o que ocorre normalmente nos trabalhos de disciplinas dos cursos de graduação.

Destaque-se, finalmente, que esse elemento do projeto não é composto unicamente por uma pergunta (uma frase concluída com um ponto de interrogação). Deve ser redigido de modo que apresente, em um primeiro momento, o contexto, a problemática (a situação na qual se insere e que dá origem à pergunta a ser apresentada) e, na sequência, a questão, que é a pergunta em si. Pode ser também uma opção interessante trazer na descrição do problema a revisão bibliográfica do tema a ser tratado, em especial em situações em que o problema é de cunho exclusivamente teórico.

5.5 HIPÓTESES

As hipóteses são as explicações ou respostas iniciais ao problema colocado, que se propõem ser pesquisadas ou testadas. Regra geral, contém variáveis, que são os elementos que se relacionam entre si na situação pesquisada, e cuja modificação no âmbito dessa relação, dependendo da forma como ocorra, pode gerar diferentes resultados. As hipóteses, nesse sentido, sempre serão diferentes variações dessas relações.

As hipóteses, nos trabalhos de mera sistematização, podem ser dispensadas, tendo em vista que neles o objetivo não é de resolver problemas, mas de descrever o estado da arte. Infelizmente, por um vício de transposição de características da pesquisa científica para situações de iniciação à pesquisa e de elaboração de trabalhos acadêmicos iniciais, a grande maioria dos manuais e dos professores exige a presença desse item na elaboração do projeto. A norma da ABNT que trata da estrutura do projeto deixa claro que esse item não é obrigatório e só deve ser incluído quando couber.

Quando a apresentação de hipóteses, exigindo a metodologia a ser adotada a análise de relações entre variáveis, devem essas ser indicadas também dentro dessa seção.

5.6 JUSTIFICATIVA

A justificativa diz respeito ao porquê da pesquisa. Refere-se, portanto, ao passado e ao presente. Nela devem ser expostos, de forma clara e concisa, os motivos pelos quais é relevante, importante ou necessário que se efetue determinada pesquisa. Justifica-se o interesse de pesquisar o objeto na forma que está propondo o autor do trabalho. Deve-se demonstrar a necessidade, a importância, a relevância, a originalidade e o caráter oportuno da temática escolhida para desenvolver a pesquisa.

5.7 REFERENCIAL TEÓRICO

Estão contidos no referencial teórico a teoria de base e os conceitos operacionais, elementos fundamentais para a compreensão da proposta de pesquisa apresentada.

Denomina-se teoria de base ou fundamento teórico (que é, em sentido estrito,

o próprio referencial teórico) o modelo explicativo que será utilizado para interpretar as informações e dados.

Os conceitos operacionais são aquelas categorias fundamentais que permitem compreender adequadamente o tema proposto. Sua presença em um projeto é uma opção do autor. Havendo a sua indicação, devem necessariamente ser acompanhados do sentido que lhes será atribuído no trabalho. Podem também ser apresentados sob a forma de glossário, ao final do projeto, em sua parte pós-textual.

5.8 METODOLOGIA

Na metodologia deve-se descrever como será efetivada a pesquisa. Os passos a serem dados durante a caminhada devem ser listados, um a um, de modo que se indique os meios.

Nesse sentido, a definição dos caminhos a serem adotados deve incluir, no mínimo:

- a) o local onde serão acessados os conteúdos e dados e a forma de acesso;
- b) os critérios a serem utilizados para a seleção dos conteúdos e dados;
- c) o modelo a ser adotado para a sistematização dos conteúdos e dados;
- d) a forma, critérios e modelo de análise dos conteúdos e dados; e
- e) a definição do modelo a ser adotado para a exposição dos resultados (como serão contados os resultados obtidos).

Relativamente à pesquisa bibliográfica e documental, deve-se indicar, sempre que possível, os critérios a serem utilizados na seleção dos textos, bem como a forma a ser utilizada para sistematizá-los e analisá-los.

Havendo pesquisa de campo, é necessário indicar como serão colhidos, tratados e interpretados os dados, bem como apensar ao projeto os instrumentos de pesquisa (questionários, formulários etc.).

A proposta de estrutura inicial (divisão em seções, sequência dos conteúdos, ordenação das informações), que indica como o tema será trabalhado, compõe o elemento metodologia. Essa proposta de estrutura deve ser elaborada considerando fundamentalmente o problema, a(s) hipótese(s) proposta(s) e os objetivos colocados para a pesquisa. A presença desse item em projetos de pesquisa, no âmbito da metodologia, é fundamental, já que eles possuem entre seus objetivos a construção

de um texto ordenado, sob a forma de um artigo, trabalho acadêmico ou relatório de pesquisa.

Destaque-se, finalmente, que não basta indicar o método de abordagem, procedimentos e técnicas de pesquisa, é necessário descrever como será realizada, pois, o leitor deve compreender como a pesquisa será efetivamente desenvolvida.

5.9 RECURSOS

É no orçamento que são expostos os custos e investimentos da pesquisa proposta, os recursos necessários para o seu adequado desenvolvimento e as fontes de financiamento esperadas ou já existentes.

Deve-se incluir todas as necessidades materiais do projeto, desde as mais simples, como papel, passando pelos livros e periódicos equipamentos necessários, acompanhados dos respectivos valores.

5.10 CRONOGRAMA

O cronograma é o momento do projeto no qual se distribuem as tarefas dentro do tempo disponível para a realização da pesquisa.

Estabelecer metas dentro de prazos determinados é essencial para que se consiga atingir os objetivos definidos dentro do tempo efetivamente disponível, cada vez mais exíguo nos dias atuais.

5.11 REFERÊNCIAS

As referências são compostas pelos documentos e obras impressos, digitalizados, gravados ou virtuais utilizados para a elaboração do projeto.

Nesse sentido, não se confundem com o levantamento bibliográfico e documental preliminar (que é mais amplo e se destina a listar aqueles documentos e obras que serão utilizados durante o desenvolvimento da pesquisa), que, entendendo o pesquisador ser necessário apresentá-lo ou o exigindo a instituição ou entidade, será juntado ao projeto na forma de apêndice.

As referências devem ser apresentadas de forma completa, na forma definida pela ABNT na NBR 6023 e já apresentada de forma detalhada neste guia.

6 RELATÓRIO DE PESQUISA

O relatório de pesquisa deve estar em conformidade com o exposto nas seções que se seguem.

6.1 ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE PESQUISA

O relatório de pesquisa deve conter os seguintes elementos: capa, folha de rosto, dedicatória/agradecimentos (opcionais), sumário, introdução, relatório da pesquisa, conclusão (apresentação dos resultados), referências e anexos (este se necessário).

6.2 SUMÁRIO

No sumário são apresentados os elementos principais do relatório com a indicação das respectivas páginas. O objetivo do sumário é facilitar o manuseio do relatório.

6.3 INTRODUÇÃO

A introdução tem por propósito facilitar a leitura e compreensão da pesquisa pelo leitor. Na introdução devem constar o tema que foi trabalhado na pesquisa, os objetivos, o problema, as hipóteses, o método empregado, a fundamentação teórica e a justificativa da pesquisa.

6.4 RELATÓRIO DA PESQUISA

No relatório devem constar a parte de fundamentação teórica que foi utilizada, o relato dos procedimentos adotados e a análise sobre a temática proposta.

6.5 CONCLUSÃO

Na conclusão deve constar de forma clara e objetiva o resultado da pesquisa; se o objetivo foi alcançado ou não, se o problema foi respondido ou não, se a metodologia empregada possibilitou ou não a formulação de resposta consistente e adequada.

7 ARTIGO CIENTÍFICO

O artigo científico deve estar em conformidade com o exposto nas seções que se seguem.

7.1 ELEMENTOS DO ARTIGO CIENTÍFICO

Segundo a ABNT (NBR 6022:2002), o artigo científico é “parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento”. Denomina-se artigo de revisão quando constitui “parte de uma publicação que resume, analisa e discute informações já publicadas”, e artigo original quando constitui “parte de uma publicação que apresenta temas ou abordagens originais”.

Possui normalmente de 15 a 30 páginas em sua parte textual e deve ser elaborado com a seguinte estrutura.

ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

Título, e subtítulo (se houver)	Obrigatório
Título, e subtítulo (se houver) em língua estrangeira	Obrigatório
Nome(s) do(s) autor(es)	Obrigatório
Resumo na língua do texto	Obrigatório
Palavras-chave na língua do texto	Obrigatório
Resumo em língua estrangeira	Obrigatório
Palavras-chave na língua estrangeira	Obrigatório

ELEMENTOS TEXTUAIS

Introdução	Obrigatório
Desenvolvimento	Obrigatório
Conclusão	Obrigatório

ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

Nota(s) explicativa(s)	Opcional
Referências	Obrigatório

Glossário
Apêndices, Anexos

Opcional
Opcional

É recomendável que, quando o artigo possuir como objeto o pensamento ou a obra de um determinado autor, destine-se nele um pequeno espaço para trazer informações sobre a sua vida e obra.

Destinando-se o artigo ao cumprimento de exigência de unidade curricular ou módulo de curso, este deve conter cabeçalho em que constem a instituição, o curso, a unidade curricular ou módulo e o professor responsável.

Os elementos pré e pós-textuais já foram tratados na primeira parte deste guia, e alguns aspectos específicos de desses elementos serão indicados aqui, de modo que dedicar-se-á mais tempo às especificidades dos elementos textuais.

7.2 TÍTULO

Deve ser indicado o título proposto para o trabalho e, se houver, também o subtítulo. O subtítulo segue o título, sendo que, nessa situação, após o título, devem ser colocados dois pontos ou outro indicativo que identifique a separação de ambos.

Ao título em português, deve seguir o título em uma língua estrangeira que seja aceita pela instituição ou revista ao qual se destina.

7.3 AUTORIA

Deve constar além do nome do autor, a sua titulação, vínculo profissional e outras informações que o identifique. As informações sobre o autor (seu mini currículo) devem ser colocadas em nota de rodapé.

7.4 RESUMO

O resumo deve ser redigido nos termos indicados no item específico deste guia, com o seu tamanho, nos artigos científicos, limitado a 250 palavras.

7.5 PALAVRAS-CHAVE

As palavras-chave devem figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão “Palavras-chave:”, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto. O número dessas palavras deve ser de no máximo seis (critério do currículo *lattes*).

7.6 INTRODUÇÃO OU CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A introdução ou as considerações iniciais devem apresentar de forma breve os seguintes itens: tema, delimitação do tema, problema, objetivos, hipóteses mais importantes, metodologia a ser empregada, a fundamentação teórica utilizada, justificativa do texto e outros elementos necessários para situar o trabalho, mas tudo isso sob a forma de um texto argumentativo e elegante.

7.7 DESENVOLVIMENTO

No desenvolvimento ou corpo do texto deve ser apresentada a exposição da pesquisa, tal como planejado. A quantidade de seções e subseções internas do texto será determinada pelo enfoque dado ao tema, método e estilo adotados.

7.8 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão ou as considerações finais devem tratar da parte final do texto na qual os objetivos e as hipóteses são corroborados. A conclusão deve apresentar os principais argumentos apresentados no desenvolvimento do texto de forma coerente e sintética. A conclusão deve apresentar as contribuições conclusivas que o estudo está trazendo para o tema de estudo.

7.9 REFERÊNCIAS

As referências são compostas pelos documentos e obras impressos, digitalizados, gravados ou virtuais utilizados para a elaboração do projeto.

As referências devem ser apresentadas de forma completa, na forma definida pela ABNT na NBR 6023, nos termos apresentados anteriormente neste guia.

8 NORMAS GERAIS PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHO NA ACADEMIA JUDICIAL

Nas seguintes seções, encontram-se as normas gerais para publicação de trabalho na Academia Judicial.

8.1 ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS:

Os elementos pré-textuais devem ser conforme o que se segue.

1. O título e o subtítulo deverão ser apresentados em letras maiúsculas, fonte Times New Roman, tamanho 12, em negrito e centralizado.
2. Autores — deve-se informar o nome do(s) autor(es), por extenso, e evitar abreviaturas. No caso de mais de um autor, coloca-se o nome de um embaixo do nome do outro, com apenas as iniciais em letras maiúsculas, fonte Times New Roman, tamanho 12, à direita. Separa-se o nome dos autores do título do artigo, com dois espaços em branco. Deve-se informar os seguintes dados sobre o(s) autor(es): nome completo (evitar abreviaturas); titulação; instituição; cargo/função que desempenha; endereço completo; telefone e correio eletrônico. Se os autores tiverem titulações diferentes, deve constar primeiro o nome do autor com maior titulação. Se os autores tiverem a mesma titulação, os nomes deverão constar em ordem alfabética.
3. Resumo — deve ser incluído um resumo informativo (NBR 6028 – Resumo), de aproximadamente 250 palavras, em português, fonte 10, entrelinha simples, precedido da palavra “Resumo” em negrito. Separa-se o resumo do nome dos autores, com dois espaços em branco.
4. Palavras-chave — deve-se utilizar de três a seis termos, separados por ponto e vírgula, que deverão ser precedidos do termo “Palavras-chave”. Separa-se as palavras-chave do resumo com um espaço em branco.
5. Tradução do título — apresentação do título em inglês.
6. Tradução do Resumo (Abstract) — apresentação do resumo em inglês.
7. Tradução das palavras-chave (Keywords) — tradução das palavras-chave em inglês.

8.2. ELEMENTOS TEXTUAIS

Os elementos textuais devem ser conforme o que se segue.

1. Texto — o corpo do artigo (NBR 6022) deve ser estruturado com os seguintes elementos: introdução, desenvolvimento e conclusão. No caso de divisão em seções, sua ordenação deverá seguir o sistema de numeração progressiva (NBR 6024). Para citações no texto, utiliza-se o sistema autor-data (NBR 10520). O texto deverá ser apresentado em fonte Times New Roman, tamanho 12, com espaço simples nas entrelinhas.
2. Elementos de Apoio — notas, citações, gráficos, tabelas, figuras, quadros, fotografias, dentre outros, devem ser colocados ao final do trabalho.
3. Referências Bibliográficas — as referências bibliográficas deverão estar normalizadas de acordo com a NBR. Deve-se utilizar negrito para indicações que deverão ficar em destaque.

8.3 ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

Os elementos pós-textuais devem ser conforme o que se segue.

1. Agradecimentos — os agradecimentos devem constar no início do artigo.



9 INFORMAÇÕES GERAIS PARA PUBLICAÇÃO EM PERIÓDICOS E *E-BOOKS*

As normas para publicação em periódicos e em *e-books* produzidos pela Academia Judicial são definidos em regulamentação específica.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6022**: informação e documentação – artigo e publicação periódica científica impressa – apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6024**: informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **NBR 6027**: informação e documentação – sumário – apresentação. Rio de Janeiro, 2013.

_____. **NBR 6028**: informação e documentação – resumo – apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6034**: preparação de índice de publicações. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 10719**: apresentação de relatórios técnico-científicos. Rio de Janeiro, 1989.

_____. **NBR 12225**: títulos de lombada. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **NBR 15287**: informação e documentação – projeto de pesquisa – apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

ALVES, Elizete Lanzoni et al. **Metodologia**: construção de uma proposta científica. Gilson

Karkotli (Org.). Curitiba: Camões, 2008.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. 6. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2014.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática. 12. ed. São Paulo. Conceito Editorial, 2011.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Trabalhos para cursos e programas integrantes da educação superior. **Opinião Jurídica**, Fortaleza, Fac. Christus, a. IV, n. 7, p. 124-144, 2006/1.

_____. Apresentação formal de trabalhos acadêmicos. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, Faculdade Christus, v. V, n. 9, 2007, p. 127-164.

_____. Projeto de pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos Jurídicos**, Montes Claros (MG), Faculdades Santo Agostinho, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2008, p. 29-44.



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

Tribunal de Justiça de Santa Catarina



Projeto Gráfico: Divisão de Artes Gráficas - DIE